



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Ana Patrícia Simões de Sousa

Projeto Centro Sustentável

Projeto de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios,

sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Patrícia de Almeida Seabra Moreira,

apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra

junho de 2023



Ana Patrícia Simões de Sousa

Projeto Centro Sustentável

Projeto de Mestrado em Turismo, Território e Patrimónios,
sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Patrícia de Almeida Seabra
Moreira,
apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade
de Letras da Universidade de Coimbra

junho de 2023

FACULDADE DE LETRAS

Projeto Centro Sustentável

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Projeto
Título	Projeto Centro Sustentável
Autor/a	Ana Patrícia Simões de Sousa
Orientador/a(s)	Cláudia Patrícia de Almeida Seabra Moreira
Júri	Presidente: Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás Vogais: 1º Doutora Carla Maria Alves da Silva Fernandes 2º Doutora Ana Rita de Deus Rocha Alves Peres da Costa 3º Doutora Cláudia Patrícia de Almeida Seabra Moreira
Identificação do Curso	2º Ciclo em Turismo, Território e Patrimónios
Área científica	Turismo
Data da Defesa	28 de junho de 2023
Classificação	19 valores

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Tabacaria

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

Fernando Pessoa

Agradecimentos

Para a concretização deste projeto muitas escolhas, decisões e sacrifícios foram feitos, não só da minha parte, mas de todos os que se encontravam envolvidos neste percurso. Nesse sentido, não conseguirei expressar toda a minha gratidão a todos os que estiveram presentes, nos momentos de satisfação, de alegria e de entusiasmo, mas também de angústia, de ansiedade e de insegurança. Muitas vezes um simples gesto pode mudar a nossa vida e contribuir para o nosso sucesso. A estas pessoas quero deixar aqui o meu sincero agradecimento por todo o apoio.

Primeiro à minha família, os meus pais e irmã, que são essenciais na minha vida. Sempre me incentivaram a trabalhar e me proporcionaram todas as condições possíveis para estar onde estou hoje. Sem a ajuda e dedicação deles, a força e o amor que sempre me deram, não teria conseguido chegar ao fim deste desafio. Ao meu namorado, que durante todo o meu percurso académico acreditou em mim e me deu força para ir mais longe.

Aos amigos de licenciatura e mestrado, pela partilha de saberes, em especial à colega Ana Rita Lopes, por ser o meu grande apoio e força, e me ter sempre lembrado que seria capaz de alcançar tudo o que desejo, inclusive em levar a bom porto este trabalho. Também aos amigos de longa data, que perceberam o meu afastamento durante este período, e sempre me apoiaram e desafiaram para todos atingirmos os objetivos a que nos comprometemos.

À Biosphere Portugal, por me ter possibilitado a realização de um estágio tão enriquecedor, onde tive oportunidade de, não só poder crescer e aprender dentro da minha área, mas também participar neste projeto tão desafiante, que me permitiu melhor entender o real impacto que a sustentabilidade pode ter no setor turístico.

Por fim, o meu profundo agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Patrícia de Almeida Seabra Moreira, pela competência com que orientou o meu projeto e o tempo que generosamente me dedicou, estando sempre disponível para ouvir as minhas dúvidas e tecer palavras de incentivo. Agradeço a partilha do saber e as valiosas contribuições para a prossecução do trabalho, o estímulo intelectual e a crítica sempre tão atempada e construtiva. A todos, o meu muito obrigado!

"O turismo é uma forma de construir pontes entre diferentes culturas e promover a compreensão global. O turismo sustentável assegura que estas pontes sejam construídas sobre uma base de respeito e responsabilidade".,

(Ban Ki-moon)

Resumo

O turismo é uma atividade multifacetada que pode ter efeitos significativos nas regiões e comunidades locais. À medida que o turismo continua a crescer, tanto os impactos positivos como negativos desta indústria têm-se tornado o foco de muitos estudos importantes em várias ciências sociais. Os impactos do turismo podem ser de grande alcance, abrangendo domínios sociais, culturais, económicos e ambientais, e podem variar, dependendo do contexto específico, destino e nível de consciencialização entre os intervenientes envolvidos na indústria do turismo.

Para que um destino seja bem-sucedido em termos da sua atratividade e imagem turística, é crucial compreender os impactos do turismo e desenvolver um conjunto abrangente de ações que possam minimizar os efeitos negativos e maximizar os positivos, assegurando ao mesmo tempo a preservação dos recursos para as gerações futuras. Isto requer o envolvimento ativo de todos os intervenientes locais no processo. Ao adotar práticas de turismo sustentável, os destinos podem criar um impacto mais positivo e duradouro no ambiente e na sociedade, melhorando ao mesmo tempo a qualidade global da experiência do visitante.

Neste contexto, o principal objetivo da presente pesquisa é avaliar o desempenho da região do Centro de Portugal em matérias de sustentabilidade e propor medidas de melhoria, com base no referencial *Biosphere Responsible Tourism*.

Os resultados da presente investigação contribuem notoriamente para que as entidades com responsabilidades no desenvolvimento do turismo na região possam implementar medidas que maximizem os benefícios e minimizem os prejuízos relacionados ao desenvolvimento do turismo.

Relativamente às implicações teóricas, este trabalho dá um contributo à Ciência, através do aprofundamento das temáticas dos impactos do turismo e da sustentabilidade, temas de enorme pertinência e atualidade, tendo em consideração o valor da atividade turística para os territórios de baixa densidade.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Certificação, Biosphere, Centro de Portugal, Plano de Ação

Abstract

Tourism is a multifaceted activity that can have significant effects on local regions and communities. As tourism continues to grow, both positive and negative impacts of this industry have become the focus of many important studies in various social sciences. The impacts of tourism can be far-reaching, spanning social, cultural, economic, and environmental domains, and can vary depending on the specific context, destination, and level of awareness among *stakeholders* involved in the tourism industry.

For a destination to be successful in terms of its attractiveness and tourism image, it is crucial to understand the impacts of tourism and develop a comprehensive set of actions that can minimize the negative effects and maximize the positive ones, while ensuring the preservation of resources for future generations. This requires the active involvement of all local *stakeholders* in the process. By adopting sustainable tourism practices, destinations can create a more positive and lasting impact on the environment and society, while improving the overall quality of the visitor experience.

In this context, the main objective of this research is to assess the sustainability performance of the Centro de Portugal region and propose improvement measures, based on the Biosphere Responsible Tourism benchmark.

The results of this research contribute notably for the entities with responsibilities in tourism development in the region to implement measures that maximize the benefits and minimize the damages related to tourism development.

Regarding the theoretical implications, this work gives a contribution to science through the deepening of the themes of tourism impacts and sustainability, themes of enormous pertinence and actuality, taking into consideration the value of the tourism activity for low density territories.

Keywords: Sustainability, Certification, Biosphere, Centro de Portugal, Action Plan

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo.....	vi
Abstract	vii
Lista de Siglas.....	xi
Lista de Tabelas	xii
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Anexos	xiv
Introdução.....	XV
Apresentação do tema	15
Relevância do tema	16
Objetivos e metodologia.....	18
Estrutura do trabalho	19
PARTE I.....	I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL DA SUSTENTABILIDADE ...I	
CAPÍTULO 1- DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL	II
1- A abordagem holística, sistémica e estratégica da sustentabilidade.....	4
2- O conceito de Turismo Sustentável	6
2.1- Indicadores do Turismo Sustentável	6
2.2- Crescimento Turístico Planeado	8
2.3- Sustentabilidade social.....	9
2.4- Sustentabilidade ambiental.....	10
2.5- Sustentabilidade económica	11
3-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS´s)	12
3.1- Articulação dos ODS´s com os ODM´s	13

3.2- A nova estrutura dos ODS´s	14
4- Relação dos ODS´s com o Turismo	19
4.1- Alinhamento dos ODS´s com o Turismo.....	19
PARTE 2	XXV
PROJETO CENTRO SUSTENTÁVEL.....	XXV
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TURÍSTICO DO CENTRO DE PORTUGAL	XXVI
1- O Centro de Portugal - Considerações gerais.....	26
1.2- Caraterização Geográfica e Humana.....	26
1.3- Oferta Turística em Números	32
1.4- Procura Turística em Números	36
CAPÍTULO 2 – BIOSPHERE PORTUGAL E CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE	XLIII
1- Biosphere Portugal	43
2- Certificação pela Biosphere Responsible Tourism.....	44
3- O Instituto de Turismo Responsável	45
3.1- Compromisso com o turismo sustentável.....	45
CAPÍTULO 3 – PLANO ESTRATÉGICO PARA O CENTRO DE PORTUGAL....	XLVII
1- Enquadramento.....	47
2- Metodologia aplicada ao Diagnóstico de Sustentabilidade.....	49
3- O Turismo e Sustentabilidade	51
3.1- Estratégia Nacional [ET2027]	51
3.2- Plano Turismo + Sustentável [20-23].....	54
3.3- Visão Estratégica Centro 2030	55
CAPÍTULO 4- DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE	LVIII

1- Apresentação de Resultados Globais	61
CAPÍTULO 5- PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE 23-30.....	
.....	LXV
1- Resultados e benefícios esperados	82
2- Modelo de implementação e monitorização	83
Conclusões.....	LXXXV
1. Implicações	86
1.1 Implicações para a ciência	86
1.2 Implicações para a gestão	87
1.3 Implicações para as políticas públicas	87
2. Limitações do estudo.....	88
3. Perspetivas de investigação futura	88
Bibliografia.....	XC
Anexos.....	XCVIII

Lista de Siglas

BRT – *Biosphere Responsible Tourism*

CIM – Comunidade(s) Intermunicipal(ais)

ET2027- Estratégia Turismo 2027

ERT- Entidade Regional de Turismo

GSTC – *Global Sustainable Tourism Council*

INE – Instituto Nacional de Estatística

ITR – Instituto de Turismo Responsável

KPI- *Key performance indicator*

LAEE – Linha de Ação Estratégica Específica

NUT's - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

ODM- Objetivo de Desenvolvimento do Milénio

ODM's- Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável

ODS's- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT- Organização Mundial do Turismo

ONU- Organização das Nações Unidas

PME's- Pequenas e Médias Empresas

STR- Sistema de Turismo Responsável

TCP– Turismo Centro de Portugal

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

EU- União Europeia

Lista de Tabelas

Tabela 1- Evolução da População Residente e Densidade Populacional em Portugal, por NUTS II, no período 2011 – 2021	31
Tabela 2- Distribuição de Empreendimentos e Empresas de Turismo, por área de atividade, em Portugal (2023).....	33
Tabela 3- Evolução do número de Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021	34
Tabela 4- Evolução da capacidade nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021	35
Tabela 5- Dormidas nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021	37
Tabela 6- Evolução da Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021.....	38
Tabela 7- Estada Média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021	40
Tabela 8- Proporção de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021	41
Tabela 9- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Autêntico	69
Tabela 10- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Capacitado	71
Tabela 11- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Coeso, integrador e inclusivo.....	73
Tabela 12- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Green & Blue.....	77
Tabela 13- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Inteligente.....	79

Lista de Figuras

Figura 1- 5 Princípios da Sustentabilidade.....	15
Figura 2- Resumo estatístico do progresso da UE em relação aos 17 ODS	16
Figura 3- Análise individual de cada ODS (Vida terrena)	17
Figura 4- Análise individual de cada ODS (Igualdade entre sexos)	18
Figura 5- Roteiro que conecta o turismo ao desenvolvimento sustentável em todo o mundo: princípios, declarações, convenções e códigos	21
Figura 6- Integração dos ODS´s no Turismo	23
Figura 7- Mapa de Portugal (subdivisão por NUTS II)	27
Figura 8- Região Centro de Portugal	29
Figura 9- Distritos integrantes da Região Centro de Portugal	30
Figura 10- Metodologia aplicada ao Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro	50
Figura 11- Drivers do Plano de Ação para o Sustentabilidade no Turismo do Centro 23-30	50
Figura 12- Estratégia Turismo 2027.....	53
Figura 13- Estratégia Territorial do Centro de Portugal	55
Figura 14- Pilares Estratégicos Turismo Centro de Portugal	56
Figura 15- Avaliação do Grau de Cumprimento dos requisitos do Referencial Biosphere Destination.....	59
Figura 16- Grau de Cumprimento dos requisitos do Referencial Biosphere Destination por área.....	60
Figura 17- Racional Estratégico do Plano de Ação para a Sustentabilidade Centro 23-30.....	65
Figura 18- Número de iniciativas dentro de cada programa	66
Figura 19- Programas transversais do Plano de Ação	67

Lista de Anexos

Admissão da apresentação de resultados do Centro por parte do Dr.Pedro Machado, Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal.....	97
Diagnóstico.....	98
Plano de ação.....	99

Introdução

Apresentação do tema

Este é o relatório de projeto de mestrado relativo a um projeto desenvolvido pela marca Biosphere Portugal, Projeto Centro Sustentável, e no qual eu tive a oportunidade de participar, no âmbito de um estágio profissional do IIEFP.

A Biosphere Portugal presta serviços de aceleração de sustentabilidade para territórios e empresas. Foi em 1995 que a Biosphere foi criada através do Instituto de Turismo Responsável (ITR). Nasceu após a primeira Carta Mundial para o Turismo Sustentável, com um *MOU* com a UNESCO e foi criada com a missão de traduzir os objetivos estabelecidos nas cimeiras e cartas das Nações Unidas a todos os intervenientes do setor. Desde 2015 que tem operado em Portugal e tem realizado planos de sustentabilidade e/ou certificação para destinos e empresas em praticamente todo o território nacional.

O projeto Centro Sustentável é promovido pela Turismo do Centro de Portugal, desenvolvido com o apoio da Biosphere Portugal e financiado pela Linha de Apoio à Sustentabilidade do Turismo de Portugal. Este é desenvolvido numa lógica de qualificação em sustentabilidade do destino Centro de Portugal, adequando o seu posicionamento à nova realidade, às novas tendências e aos desafios de um setor em constante adaptação, com objetivos e metas concretas de sustentabilidade económica, social e ambiental e de redução da sazonalidade através da dinamização de produtos turísticos, da diversificação de mercados, do reforço do financiamento e investimento no setor, do estímulo à inovação e da valorização dos recursos humanos.

Nesse sentido, foi fundamental a participação de todos os *stakeholders* do território neste processo, para garantir uma maior coesão territorial da Região Centro, permitindo uma abrangência de opiniões e um consenso alargado das estratégias a implementar, com base na recolha de informação atual, representativa dos projetos e das iniciativas que estão em curso.

Relevância do tema

As comunidades recetoras de turismo são intervenientes críticos na indústria do turismo, uma vez que ambas contribuem para o desenvolvimento turístico e são afetadas pelo mesmo. Os residentes locais desempenham um papel crucial na formação da experiência turística dos visitantes, uma vez que são frequentemente responsáveis pela prestação de serviços, venda de produtos, exibição da sua cultura e património e promotores da atividade turística e da imagem do destino. Ao mesmo tempo, os residentes podem ser negativamente afetados pelo turismo, devido à exploração dos recursos naturais, à perda de práticas e cultura tradicionais e à deterioração da sua qualidade de vida. Por conseguinte, é essencial envolver e capacitar as comunidades locais no desenvolvimento turístico sustentável, para que possam beneficiar das oportunidades económicas e sociais do turismo, minimizando simultaneamente os seus impactos negativos (Eusébio & Carneiro, 2012b).

O turismo, enquanto fenómeno social, é uma atividade única que fomenta as relações interpessoais e encoraja as ligações com indivíduos de diversas origens. Proporciona oportunidades aos viajantes de interagir com os locais e experimentar novas culturas, promovendo, concomitantemente, a compreensão e apreciação transcultural. Ao envolver-se com "estranhos", estrangeiros, hóspedes e pessoas de fora, o turismo pode quebrar barreiras e promover um sentido de comunidade global (Ramos & Marujo, 2011).

As comunidades locais são intervenientes essenciais no desenvolvimento turístico porque são a espinha dorsal das regiões e destinos que atraem visitantes. Trazem vida e autenticidade à experiência turística ao mostrarem a sua cultura, tradições e património únicos. O seu envolvimento e participação em atividades turísticas são cruciais para o sucesso de um destino, pois são frequentemente responsáveis pela prestação de serviços, venda de produtos locais, e preservação do ambiente e dos recursos culturais (Gursoy & Nunkoo, 2019).

Assim, analisar o desenvolvimento turístico sustentável requer o envolvimento ativo das comunidades locais, uma vez que estas são os guardiões dos recursos naturais e culturais que tornam os destinos atrativos para os visitantes (Milheiro, 2017a).

Embora já exista alguma investigação e trabalho conduzido sobre o bem-estar das comunidades locais no contexto do desenvolvimento turístico sustentável, existe ainda uma lacuna significativa na compreensão do impacto do turismo no interior e nas localidades rurais. Com a crescente procura de destinos de baixa densidade, é cada vez mais importante estudar o bem-estar das comunidades nestas áreas e o impacto do turismo na sua sustentabilidade. Há uma necessidade premente de explorar as oportunidades e desafios do desenvolvimento turístico sustentável nestas regiões e de identificar estratégias que assegurem um equilíbrio entre desenvolvimento económico, bem-estar social, e proteção ambiental (Cardoso, 2002).

Esta relevância é ainda mais reforçada, quando a apreciação de um destino turístico se alia a uma certificação tão importante como a *Biosphere Responsible Tourism*.

Em concomitância, existem outros fatores relativos aos impactos do turismo que têm preponderância nas comunidades locais, nas suas perceções e atitudes (Milheiro, 2017a). Dentro destes fatores, é de enaltecer a proximidade com as zonas turísticas, o envolvimento das comunidades locais no processo de decisão do planeamento turístico, o seu grau de conhecimento do turismo ou o contacto com os turistas e o nível de participação nas atividades turísticas e o seu grau de satisfação (Brida, Osti, & Faccioli, 2011).

Dado que o envolvimento das comunidades e dos turistas no processo e atividade turística sustentável é de elevada importância na evolução e consolidação de um destino turístico, torna-se indispensável envolvê-los em todas as fases do processo de desenvolvimento do turismo, particularmente no planeamento, gestão e organização. Ao fazê-lo, podemos assegurar que o desenvolvimento turístico é sustentável, equitativo, e responde às necessidades e aspirações das comunidades locais e dos visitantes (Gursoy & Nunkoo, 2019).

O envolvimento não pode ficar por aí, sendo que se torna obrigação de todos os *stakeholders*, ou seja, dos agentes turísticos, das comunidades e das entidades públicas, a gestão do planeamento turístico. Contudo, se este for desadequado, surgem impactos negativos, que suscitam sentimentos de descontentamento tanto nos residentes como nos turistas, conduzindo, por vezes, um destino a uma situação de difícil retorno no que se refere à sua imagem e atratividade turística (Souza, 2009).

Em conclusão, a gestão do planeamento turístico requer a colaboração e o envolvimento de todos os intervenientes para assegurar que os impactos negativos sejam minimizados, e que os benefícios do turismo sejam maximizados. Ao envolver os intervenientes e implementar práticas de turismo sustentável, um destino pode criar uma indústria turística mais resiliente e sustentável que beneficie tanto os residentes como os visitantes, enquanto conserva os recursos para as gerações futuras (Mourão, 2000).

Objetivos e metodologia

A presente investigação pretende observar os contributos que um projeto como o projeto Centro Sustentável, dinamizado pela Biosphere Portugal, possam ter para o território. Isto é, verificar se os resultados obtidos no decorrer do mesmo possibilitam às entidades, públicas e privadas, com responsabilidades no desenvolvimento do turismo na região, a implementação de medidas que maximizem os benefícios e minimizem os prejuízos do desenvolvimento do turismo na região Centro de Portugal.

De forma a responder aos objetivos estabelecidos, numa primeira fase desta investigação procedeu-se à revisão de literatura com o propósito de gerar um modelo teórico e uma análise concetual dos impactos do turismo e da sustentabilidade, temáticas principais do estudo. Em seguida, descreveu-se detalhadamente o Projeto Centro Sustentável. Apesar de este projeto ter diversas ações, nesta investigação apenas se vai analisar com maior detalhe as informações relativas aos documentos do diagnóstico e do plano de ação para a Entidade Regional de Turismo do Centro, de forma a melhor se compreender o comportamento da região Centro em matérias de sustentabilidade.

Para a elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro foram necessárias quatro fases distintas, sendo que na primeira se realizou a apresentação do processo e a definição das áreas implicadas pela Turismo Centro de Portugal. Seguidamente procedeu-se à recolha e validação da informação. Após esta fase, realizou-se a análise da informação do destino e a elaboração do diagnóstico. Por fim, concluiu-se com a entrega do Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro e do Plano de Ação para o Sustentabilidade no Turismo do Centro 23-30, com a sua posterior validação e apresentação interna e às partes interessadas.

Estrutura do trabalho

Especificamente, o presente projeto de mestrado é dividido em duas partes, sendo que a primeira parte é composta por um capítulo e a segunda por cinco.

No primeiro capítulo da primeira parte inicia-se o enquadramento teórico e a revisão de literatura, abordando as temáticas do desenvolvimento do turismo sustentável, onde se observa detalhadamente o conceito de desenvolvimento sustentável, através de uma abordagem holística, sistémica e estratégica da sustentabilidade, abordando-se as três vertentes, social, ambiental e económica e os indicadores do turismo sustentável. Aqui também é clarificado o que são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e a sua nova estruturação. Por fim, é estudado o alinhamento que estes objetivos têm com o turismo e a forma como podem beneficiar o setor.

Na segunda parte é abordada informação relativa ao Projeto Centro Sustentável.

No primeiro capítulo, é apresentado o enquadramento turístico do Centro de Portugal, sendo que este se consubstancia por três etapas: na primeira realiza-se uma caracterização geográfica e humana da região, de seguida aborda-se a oferta turística em números e, por fim, a procura turística também em números.

Em seguida, no segundo capítulo, apresenta-se toda a informação relativa à marca Biosphere Portugal, e descreve-se o processo de certificação pela *Biosphere Responsible Tourism* que se encontra em curso. Nesse sentido, é também abordado o Instituto de Turismo Responsável e o seu compromisso com o turismo sustentável.

No terceiro capítulo inicia-se a abordagem do Projeto Centro Sustentável, onde é realizado o enquadramento, é apresentada a metodologia aplicada ao Diagnóstico de Sustentabilidade e são observados em maior detalhe os documentos basilares para este documento, como a Estratégia Nacional [ET2027], o Plano Turismo + Sustentável [20-23] e a Visão Estratégica Centro 2030.

Em seguida, no quarto capítulo é apresentado o Diagnóstico de Sustentabilidade da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal, onde se realiza a apresentação dos resultados globais.

Por último, no quinto capítulo aborda-se o Plano de ação para a Sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal, onde se evidenciam os resultados e benefícios esperados, bem como a proposta de modelo de implementação e monitorização a adotar.

PARTE I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL DA SUSTENTABILIDADE

CAPÍTULO 1- DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO SUSTENTÁVEL

Foi no ano de 1713, na Saxónia, que se encontra, pela primeira vez, o registo do termo sustentabilidade, “*Nachhaltigkeit*,” termo no idioma local e foi mencionado pelo Capitão Hans Carl von Carlowitz, quando este redigiu o tratado sobre a sustentabilidade florestal, denominado “*Nachhaltig Wirtschaften*”, que expressa o ato de “organizar de forma sustentável”. A apreensão focava-se particularmente na indústria e no seu elevado consumo de madeira, o que estava a afetar e desbastar a floresta local e que poderia, conseqüentemente, levar a Saxónia a um colapso, tanto económico como social (Von Carlowitz, 1713). Desde então, a sustentabilidade tem sido foco de diversas definições e conceitos, sendo o conceito de 1987 das Nações Unidas, a mais consensual, uma vez que considera a sustentabilidade como um desenvolvimento que percebe as necessidades do presente sem comprometer as das gerações vindouras (Turismo Portugal, 2017).

Após a introdução do relatório “*Our Common Future*”, publicado pela *World Commission on Environment and Development*, a 1987, o conceito de Desenvolvimento Sustentável tornou-se familiar ao público em geral. Neste relatório, também reconhecido como Relatório Brundtland de 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável foi determinado como

“...desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de conhecer os seus próprios” (World Commission on Environment and Development, 1987, p.41).

Segundo Berglund, Gericke e Rundgren (2014), esta definição foca-se não só nas questões ambientais, como também nas implicações económicas e sociais.

Simultaneamente, diversos estudiosos enfatizam as interconexões das três dimensões do conceito. Dentro destes estudiosos podemos contar com Giddings, Hopwood e O'Brien (2002), que argumentaram sobre a estrutura multidimensional deste conceito. Segundo os mesmos, a noção de desenvolvimento sustentável envolve equilíbrio a nível do

desenvolvimento cultural, social e económico, sem colocar o ambiente em perigo, o que possibilita um desenvolvimento equilibrado do mesmo.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável assenta em três princípios básicos:

- No princípio da sustentabilidade ambiental, onde o desenvolvimento é conciliável com a conservação dos processos ecológicos vitais, com os recursos biológicos e com a diversidade biológica;
- Com o princípio da sustentabilidade cultural, desde que o desenvolvimento se compatibilize com os valores tradicionais de uma determinada comunidade, acrescentando, simultaneamente, o reforço da sua identidade;
- E o princípio de sustentabilidade económica, que possibilita que o desenvolvimento económico proporcione uma relação custo-eficácia e que os recursos sejam geridos de forma conscienciosa, de forma a serem utilizados pelas gerações futuras.

Giddings et al. (2002) rematam afirmando que os três pilares estão interligados entre si, uma vez que a economia depende da sociedade e, por sua vez, a sociedade depende do ambiente.

Lozano (2006, p.787) fornece ainda uma definição que agrega bem os três aspetos:

“... um processo de mudança, no qual as sociedades melhoram a sua qualidade de vida, alcançando um equilíbrio dinâmico entre os aspectos económicos e sociais, ao mesmo tempo que protegem, cuidam e melhoram o ambiente natural. Esta integração e equilíbrio entre estes três aspetos deve ser ensinado e transferido desta geração para a próxima e para a próxima”.

Assim, pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável é um processo que possibilita alcançar o desenvolvimento sem causar degradação ou exaustão dos recursos. De modo geral, isto pode ser alcançado através da gestão de recursos, uma vez que se pode controlar a extensão e utilização dos mesmos, com maior representação e utilização destes onde o período de regeneração é mais reduzido. Com esta perspectiva, é possível utilizar-se os recursos no futuro na mesma medida em que foram utilizados pela geração atual (Giddings et al., 2002).

É notória a significativa preocupação mundial e, em particular por parte da indústria turística, com a sustentabilidade dos destinos, não apenas a nível ambiental, mas também a nível económico e social. O turista tem dado particular atenção à procura de serviços e produtos sustentáveis e, também as empresas do setor turístico têm direcionado a sua atenção para a implementação e certificação de sistemas de gestão da sustentabilidade nas suas empresas e nos seus parceiros, de forma a fomentar-se o trabalho em rede e criar-se uma cadeia de valor nos seus serviços e produtos, tornando-os mais atrativos. Para os destinos turísticos, o futuro guiar-se-á pelo seguimento de modelos de cidades inteligentes centradas no conhecimento, na tecnologia e criatividade, incluindo, no entanto, uma maior valorização das pessoas, do território ao nível dos processos de inovação, do capital intelectual, da aprendizagem e conhecimento, da sociedade, do espaço e das economias sustentáveis (Almeida, 2021).

1- A abordagem holística, sistémica e estratégica da sustentabilidade

A conceção de desenvolvimento sustentável como uma perspetiva holística acarreta mudanças fulcrais a nível da estrutura social/cultural, política e económica, o que leva a uma reestruturação necessária na sociedade atual (Nieto, 1997). Assim, analistas e proponentes do desenvolvimento sustentável devem entender as diversas dimensões da sustentabilidade e conceber critérios, princípios e medidas para estas (Lélé, 1991).

Deste modo, o referencial de estudo para o desenvolvimento sustentável tem de ser holístico, uma vez que requer observação do comportamento da totalidade das interações complexas que envolvem os sistemas ambientais, económicos e sociais (Buarque, 2004).

Segundo Leff (2002) a questão ambiental estimulou a emergência de novos campos do saber que articulassem certas disciplinas teórico-práticas, assim como a conceção de objetos interdisciplinares do saber.

A problemática ambiental onde convergem processos sociais e naturais de diferentes sucessões de materialidade não pode ser percebida na sua inteira complexidade, nem eficazmente resolvida sem a inclusão e concurso de campos do saber muito diversos:

“A distinção dos níveis e as formas de integração do conhecimento são necessárias para implementar uma estratégia de desenvolvimento com uma concepção integrada dos processos históricos, económicos, sociais e políticos, que geraram a problemática ambiental, bem como dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais que permitiram um aproveitamento produtivo e sustentável dos recursos (Leff, 2002, p. 60).”

As diversas percepções da problemática ambiental geram múltiplas exigências de conhecimentos práticos e teóricos. Assim, é necessário estudar-se o efeito desta problemática sobre as modificações metodológicas, a circulação terminológica e as transferências conceituais entre as disciplinas participantes no esclarecimento e diagnóstico das alterações sócio-ambientais (Leff, 2002).

Como qualquer processo holístico, o desenvolvimento sustentável exige uma união dialética inseparável entre a prática e a teórica (Nieto, 1997). A aplicação na prática de estratégias e princípios de desenvolvimento sustentável revela-se mais árdua que a simples integração de uma dimensão ambiental dentro dos padrões económicos, das estruturas institucionais que sustentam a racionalidade produtiva preponderante e dos instrumentos de planeamento. Estas apreciações comprovam a necessidade de novas práticas de uso integrado dos recursos, criando uma consideração sobre os suportes epistemológicos para ponderar a articulação das ciências e a concepção de conhecimentos obtidos pela teoria das relações sociedade-natureza.

Por fim, é necessário realizar trabalho teórico e a elaboração de estratégias conceituais que levarão à criação de uma racionalidade ambiental, de forma a se alcançarem os propósitos do desenvolvimento sustentável (Leff, 2002).

2- O conceito de Turismo Sustentável

Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo sustentável é definido como aquele que:

“atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo que protege e amplia as oportunidades para o futuro” (Organização Mundial do Turismo, 2003, p.24).

Desta forma, procura considerar as atuais necessidades sociais, económicas e de qualidade de vida para o desenvolvimento regional, considerando, simultaneamente, sobre a preservação dos recursos naturais e da manutenção da integridade cultural e da população local, diligenciando a responsabilidade coletiva e o contentamento das expectativas dos turistas de modo a que a atividade permaneça benéfica (United Nations Environment Programme/World, 2005; United Nations Environment Programme, 2003).

Assim, o desenvolvimento turístico sustentável é um processo de transformação qualitativa, fruto do arbítrio político que, com a intervenção imprescindível da comunidade local, ajusta o marco legal e institucional, bem como as ferramentas de gestão e planeamento, a um desenvolvimento turístico fundamentado no equilíbrio entre a conservação do património natural e cultural, a viabilidade económica do turismo e a equidade social do desenvolvimento (Vera Rebollo & Ivars Baidal, 2003).

Pelo exposto, segundo Ivars Baidal (2001), os fundamentos da sustentabilidade devem compôr o foco principal de qualquer produto ou espaço turístico e não se confinarem unicamente às manifestações do turismo rural ou ecoturismo.

2.1- Indicadores do Turismo Sustentável

São diversos os instrumentos que permitem avaliar o processo de desenvolvimento do turismo sustentável, nomeadamente os de medida. Estas ferramentas possibilitam a medição e determinação dos níveis de turismo, os seus impactos e monitorizar as mudanças que estão subjacentes. Como exemplo temos os indicadores de sustentabilidade, que permitem a deteção e monitorização permanente das variações provocadas pela atividade turística,

transmitindo informações relevantes para a geração de processos e políticas de decisão na gestão turística (UNWTO, 2005).

Assim, os indicadores tornam-se num instrumento capaz de medir uma questão concreta:

“prevenir futuras situações constrangedoras, identificar a necessidade de novas ações e medir os resultados da evolução do processo. Este conjunto de informações são utilizados de forma regular, medindo mudanças na estrutura do turismo, fatores internos e também mudanças de fatores externos, que afetam o turismo (impactos causados pelo turismo). Os indicadores que se utilizam devem ser adequados às necessidades do destino, respondendo a questões concretas, como as relacionadas com os seus recursos naturais, sustentabilidade económica, valores sociais e questões que se relacionam com a organização/gestão e planeamento turístico” (Correia, 2020, p.24).

Na perspetiva de Blancas, González, Lozano-Oyola, & Perez (2010), os benefícios do uso dos indicadores de turismo sustentável passam pelo aumento da segurança nas tomadas de decisão, na maior cautela e na prevenção de situações emergentes, na diminuição do risco de erros no ordenamento e planeamento turístico, identificando melhor as oportunidades e limites, na recolha de informação fiável possível de ser usada pelas partes interessadas no planeamento turístico, na mensuração do desempenho da aplicação de planos e atividades turísticas, o que leva a uma responsabilidade acrescida nas tomadas de decisão e monitorização frequente do processo de sustentabilidade turística, que será compensatório para as melhorias de gestão do território.

Contudo, estes indicadores também possibilitam a avaliação de outros impactos turísticos, tais como a avaliação da indústria (taxa de ocupação e satisfação dos turistas), falhas do sistema (falta de água, o índice de criminalidade), a avaliação da gestão (custo de manutenção e limpeza), a avaliação dos impactos do turismo no desenvolvimento biofísico e socioeconómico (índice de desflorestação, mudanças no consumo e nos rendimentos da

comunidade), a avaliação da gestão de resultados e desempenhos (alterações a nível de poluição, aumento dos turistas que voltam ao mesmo local), entre outros (Blancas et al., 2010).

Neste sentido, é de realçar a relevância que os indicadores têm na monitorização das alterações constantes e consistentes ao longo do tempo, coadjuvando nas metas e na precisão com que são alcançadas, salvaguardando ainda a mais-valia na promoção de uma maior consciência e responsabilidade no auxílio das ações a serem tomadas (OMT, 2004).

Concluindo, Monjardino (2009) acrescenta que a utilidade destes indicadores pode ser encontrada tanto a nível local, como regional e até nacional, ou mesmo em destinos muito específicos.

2.2- Crescimento Turístico Planeado

Segundo as estatísticas apresentadas pela OMT, a indústria turística representou, no ano de 2016, 9,8% do Produto Interno Bruto global total e 7% do comércio global. No mesmo ano, o setor também gerou, sensivelmente, 11% do emprego existente a nível mundial, tanto direto como indireto (UNWTO, 2017). Assim, é possível comprovar o significativo contributo das viagens e do turismo para o moderno sistema económico.

Contudo, apesar dos significativos benefícios económicos produzidos pelo turismo, este contributo para o desenvolvimento económico também pode acarretar um significativo impacto na degradação ambiental, em impactos negativos a nível cultural e na segmentação dos habitats.

O crescimento não planeado do turismo afetou ambientes socioculturais e naturais de muitos destinos turísticos e, em inúmeros casos, está a gerar o fenómeno de *overtourism*, isto é, o excesso de turistas face à capacidade de carga do destino (Choi & Sirakaya, 2006). Os prejuízos causados pelo impacto negativo do *overtourism* num destino e nos seus *stakeholders* afetam negativamente a qualidade de vida dos residentes e a qualidade das experiências proporcionadas aos visitantes (UNWTO, 2018).

Dessa forma, a crescente preocupação pelo *overtourism* alerta para a necessidade do planeamento sustentável na atividade turística (Koens, Postma, & Papp, 2018), bem como para o crescente zelo pela preservação dos recursos naturais, a viabilidade económica e o bem-estar humano a longo prazo das comunidades que são diretamente afetadas por este setor (Haralambopoulos & Pizam, 1996; Butler, 1999; Jackson, 2008; Tang, 2015).

2.3- Sustentabilidade social

Na década de 80 surgiu a sustentabilidade social devido ao facto do respeito pelo ambiente e a prática de gestão ambiental terem deixado de ser o principal foco das ações empresariais, bem como pelo motivo de as questões sociais incitarem à adoção de atitudes urgentes por parte da sociedade (Helgadóttir, Einarsdóttir, Burns, Gunnarsdóttir, & Matthíasdóttir, 2019).

O pilar social do conceito da sustentabilidade é fundamentado tanto em termos substanciais (fins) como procedimentais (meios). A vertente substantiva alude às necessidades, direitos e bem-estar dos demais, enquanto a dimensão processual se refere aos meios usados para se alcançar os fins, tais como o acesso à informação, empoderamento, tomada de decisão e governança democrática. A confiança e a interdependência entre a sociedade e as empresas é fulcral para a sustentabilidade social o que, na generalidade, reforça o turismo responsável e o dever para com a responsabilidade corporativa e social no turismo, transformando-se num fator benéfico para a qualidade de vida da comunidade local (Helgadóttir et al., 2019).

Segundo Eusébio e Carneiro (2012a), a sustentabilidade centra-se no apoio, com objetivo de preservar os grupos culturais, tais como a música, a dança, o folclore, os artesãos, os artistas e a gastronomia identitária, de forma a criar um estímulo e ânimo para se conservar a identidade e tradições dos lugares e produtos que possam ser comercializados. Já Falcão e Gómez (2012) percecionam a sustentabilidade como uma preocupação ligada à estrutura interna de cada sociedade humana e da comunidade mundial das nações, significativamente mais independentes e, de forma a ser alcançada, deve atingir-se um nível de homogeneidade social, condições de oferta de empregos para a produção de meios de subsistência

apropriados, distribuição equitativa de rendimentos e acesso igualitário aos recursos e serviços sociais.

Neste sentido, o impacto social turístico está relacionado com as alterações imediatas que sucedem na estrutura social e local, na qualidade de vida, nas relações sociais e no ajuste das comunidades locais ao turismo (Oliveira & Salazar, 2011).

Silva (2011) afirma que os impactos socioculturais decorrem das relações sociais que se instituem entre visitantes e residentes. Oliveira & Salazar (2011) acrescentam que a forma e intensidade desses impactos modificam consoante o tipo de visitante, o grau de adaptação dos mesmos aos costumes locais e as diferenças culturais entre os grupos.

Assim, o turismo tanto tem impactos positivos como negativos nas comunidades de destino. Segundo os autores acima referenciados, os aspetos positivos passam pelo aumento da qualidade de vida da comunidade local, a empregabilidade da população local, o aumento significativo dos níveis culturais e profissionais da população e o orgulho étnico (Falcão & Gómez, 2012). Já os negativos são as alienações das comunidades residentes e dos nativos que assumem particularidades do tipo de vida dos turistas em detrimento das suas, o surgimento de fenómenos de disfunção social na família, a marginalidade, prostituição e uma economia local sensível às consequências do setor turístico (Oliveira & Salazar, 2011).

2.4- Sustentabilidade ambiental

São diversas as questões debatidas sobre a dimensão ambiental da sustentabilidade (Cardoso, 2002). A deterioração ambiental é uma das maiores apreensões do mundo atualmente, uma vez que a perceção da finitude dos recursos é cada vez maior e tem-se vindo a tornar num foco de discussão a diversos níveis, sobre os limites e a preponderância do crescimento. Na perspetiva sociológica, a consciência ecológica dos cidadãos aumentou significativamente, particularmente pelos impactos derivados da atividade humana nos sistemas naturais, principalmente no que se refere aos elementos água, ar, solo, fauna e flora (Falcão & Gómez, 2012).

As alegações dos ambientalistas e ecologistas fundamentam-se em aspetos válidos a nível científico, cultural e moral, apesar de não serem bem vistas pelos defensores do crescimento económico, uma vez que afirmam que a sustentabilidade da natureza acarreta a integridade dos seus processos, ritmos e ciclos (Shiva, 1992).

Assim, a sobrevivência humana está diretamente ligada à sobrevivência do planeta em si e os seus padrões de consumo deverão ser radicalmente alterados (Gomez, Rodellar, Alvarez, Mayo, Rubio, Nieto & Perez, 1996).

2.5- Sustentabilidade económica

Segundo Bojö, Mäler, & Unemo (2013), o desenvolvimento económico numa área específica, sendo esta uma região, nação ou globo, é sustentável se o stock total de capital humano, recursos, capital fixo, recursos não renováveis e recursos ambientais não diminuem ao longo do tempo. De forma a se alcançar a sustentabilidade económica, esta deve ser mencionada em prol de um novo plano que complemente as restantes proporções da sustentabilidade, conseguindo que o desenvolvimento do turismo seja analisado como um procedimento multidimensional.

Falcão & Gómez (2012) acrescentam que a dimensão económica se reverte na capacidade de estimar as oportunidades económicas, a expansão, os lucros gerados e como estes estão a ser distribuídos nas localidades de destino turístico. De forma a supervisionar estes pontos e alcançar-se a sustentabilidade económica, é preciso ter-se em consideração a conceção de rendimentos e a sua correta distribuição, a expansão de capital, a melhoria do balanço das receitas do destino e o aumento de postos de trabalho. Assim, o desenvolvimento local é um método endógeno de alterações que conduzem ao dinamismo e a um aumento na qualidade de vida da população residente em locais menos povoados e desenvolvidos. Um desenvolvimento fundamentado na existência de atributos políticos, sociais, ecológicos e de um meio técnico funcional.

Pode-se afirmar que o turismo é uma atividade com real potencial para o desenvolvimento económico, no entanto, para que isto se realize, é necessário diminuir a dependência dos recursos naturais, aumentar a internacionalização, concretizar-se uma integração permanente a nível empresarial e económico e inovar os serviços e produtos exibidos (García & Crispín, 2011).

As normas de análise instituídas para a auscultação da dimensão económica do destino turístico são associadas aos seguintes indicadores: capacidade de expansão dos lucros, viabilidade económica da atividade turística e o estímulo ao empreendedorismo (Falcão & Gómez, 2012).

Medeiros (2013) enaltece a necessidade de mudança de mentalidade capitalista por parte dos intervenientes neste processo, uma vez que esta visa apenas à concorrência e competição, não tendo por base uma atitude holística, humana e altruísta. Acrescenta ainda que é através da educação e da transmissão de valores de cidadania que uma sociedade incentiva as pessoas a tomarem o primeiro passo em direção à sustentabilidade económica. Também a tecnologia, o ensino e a ciência são ferramentas fulcrais para que o mundo e a sociedade construam um caminho economicamente sustentável.

3-Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's)

Em articulação com a ideia anteriormente apresentada, da necessidade de elaboração de estratégias conceituais para a construção de uma racionalidade ambiental de Leff (2002), serão observados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, concebidos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estipulou uma série de metas, designadas de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), cujo intuito se centra na erradicação da pobreza, a preservação do meio ambiente e do planeta, assim como a garantia da prosperidade para todas as nações. Estes objetivos são reconhecidos como Agenda 2030 e procuram incluir, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável, acima

descritas: social/cultural, ambiental e económica, que afetam a sociedade e o meio ambiente, dentro dos quais se insere o turismo (Hall, 2019).

3.1- Articulação dos ODS's com os ODM's

Em setembro de 2015, após a assinatura de cento e noventa e três chefes de estado e de governos mundiais, foram aprovados solenemente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's), na 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Desde então, estes tornaram-se o ponto de referência fulcral para o desenvolvimento sustentável a nível global até ao ano de 2030.

Anteriormente já tinham sido adotados objetivos ambiciosos de sustentabilidade, por parte da comunidade mundial, onde se almejavam objetivos como a erradicação da fome, da pobreza, a obtenção de educação básica universal ou o alcance de 0.7% de ajuda para o desenvolvimento dos países mais empobrecidos, como é o caso dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, que foram aprovados quinze anos antes, na 55ª Assembleia Geral das Nações Unidas, com grande jubilação (Gil, 2017).

Contudo, o não cumprimento dos ODM's, devido a uma visão reducionista dos mesmos, aliados à necessidade de alargar significativamente as visões tradicionais do desenvolvimento, conduziram à estruturação de uma agenda mais complexa, ampla e sofisticada, os ODS's.

Nestes objetivos são propostas respostas sistémicas numa visão global e interligada do desenvolvimento sustentável, abordando questões essenciais como a desigualdade, a pobreza extrema, a degradação ambiental, os padrões de consumo insustentáveis, a consolidação de capacidades institucionais, assim como processos de solidariedade global, inovações que foram negligenciadas pelos ODM's. Estas ideologias foram concebidas a partir de metodologias renovadas, que exigem remodelações profundas a nível global, tornando prioritário as necessidades da atualidade (Gil, 2017).

3.2- A nova estrutura dos ODS's

Se considerarmos os ODM's o telescópio que permitia aos países desenvolvidos projetar o progresso dos países em desenvolvimento, podemos fazer a mesma analogia com os ODS's e considerar que estes são o espelho através do qual as nações se vêm refletidas nas suas próprias políticas e desempenho. Assim, é possível perceber uma mudança estrutural que diferencia os ODM's dos ODS's, sendo que os últimos não pretendiam tirar partido das conquistas alcançadas pelos primeiros objetivos, mas sim superar algumas das suas fraquezas (Gil, 2017).

Contudo, a realidade é que em ambos os casos o foco central da agenda de intervenção se estruturava em torno de grandes objetivos que são estipulados através de metas precisas e verificáveis através de indicadores. Mas, se nos ODM's a agenda se centrava em torno de oito grandes objetivos, desenvolvidos através de dezoito metas mensuradas por quarenta e oito indicadores, já os ODS's multiplicaram de forma extraordinária esta estrutura ao articular dezassete objetivos gerais, que se concretizam em cento e sessenta e nove metas mensuráveis através de duzentos e trinta indicadores verificáveis (Gil, 2017).

Figura 1- 5 Princípios da Sustentabilidade

Desenvolvimento Sustentável



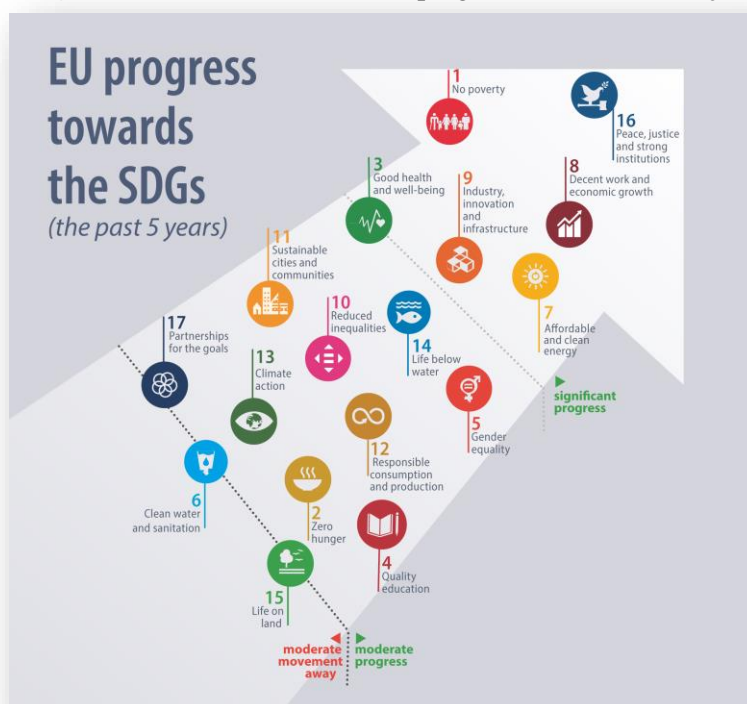
Fonte- <https://ods.pt/ods/>

Assim, os ODS's são compostos pela mais ampla e extensa agenda de desenvolvimento alguma vez concebida, ainda que múltiplas intuições científicas e organizações de desenvolvimento critiquem o facto de muitos dos objetivos inseridos na agenda serem puramente retóricos e que muitas das metas são utópicas e os seus indicadores pouco viáveis (Gil, 2017).

Como é possível auferir através dos dados disponibilizados nos últimos cinco anos, a UE prosseguiu no sentido de executar quase todos os dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. No entanto, existe algum desfasamento entre estes, visto que existem ODS´s que fizeram bons progressos, como é o caso do ODS 1, onde foram feitos progressos significativos na redução da pobreza e da exclusão social, e outros que se encontram mais distantes de alcançar, como é o caso do ODS 7, relativo às Energias Renováveis e Acessíveis, o ODS 15, respeitante à Proteção da Vida Terrestre.

“No entanto, devido ao desfasamento de tempo entre os respetivos indicadores, a avaliação das duas metas de pobreza (ODS 1) e saúde (ODS 3) ainda se refere ao período até 2019, portanto, não reflete os efeitos da pandemia Covid-19. No caso das duas metas ODS 6 (água limpa e saneamento) e ODS 14 (vida abaixo da água) as tendências não podem ser calculadas devido a dados de comparação insuficientes nos últimos cinco anos, por isso o cálculo de tendência não é aplicável” (Figura 2), (EUROSTAT, 2021, p.97).

Figura 2- Resumo estatístico do progresso da UE em relação



Fonte- https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/es/ip_22_3212

Nas figuras abaixo apresentadas (que no site são interativas) consegue-se analisar cada um dos ODS´s e as suas metas explicadas com maior detalhe. Os seguintes ODS´s apresentados permitem verificar o desfasamento significativo entre a concretização das metas definidas de alguns ODS´s (Figuras 3 e 4).

Figura 3- Análise individual de cada ODS (Vida terrena)



Fonte- <https://ec.europa.eu/eurostat/fr/web/sdi/key-findings>

Figura 4- Análise individual de cada ODS (Igualdade



Fonte: <https://ec.europa.eu/eurostat/fr/web/sdi/key-findings>

Apesar disto, deve reconhecer-se que os ODS's integraram novos elementos, dentro dos quais se deve destacar a incorporação das três dimensões de desenvolvimento sustentável: social, económica e ambiental, dando prioridade ao combate à fome e à pobreza, mas com grande ancoragem na defesa dos direitos humanos, a igualdade de género e o empoderamento feminino, tratando da diminuição das desigualdades em cada país e dentro de diferentes estados como elemento primordial, assim como a supressão de padrões de consumo insustentáveis. Esta agenda integrou ainda a visão do crescimento económico sustentável e inclusivo, honrando a preservação do planeta e a saúde da população. É fundamental destacar o elemento inovador do seu carácter universal, visto que esta agenda é aplicável em todo o

mundo e em todos os países, uma vez que tem uma visão holística e inter-relacional entre cada objetivo, fazendo com que cada um se reforce mutuamente, o que é fundamental para a construção da solidariedade global e reforço dos grandes acordos concebidos nas cúpulas mundiais nos últimos anos (Gil, 2017).

Para melhor se compreender este fator inovador que permite que esta agenda seja aplicada em todos os países, é necessário observar-se a categorização de princípios que marcam a mesma. O primeiro princípio refere-se às Responsabilidades Comuns, contudo diferenciadas, que actuam sobre elementos comuns a nível global, tais como as emissões de CO2 e as suas reduções, a atmosfera, a conservação da biodiversidade, entre outros, onde cada país assume responsabilidades diferentes e atua de forma particular. O segundo princípio refere-se às Responsabilidades Internacionais e Obrigações Extraterritoriais, uma vez que se referem às incumbências que devem ser executadas globalmente, impondo compromissos a toda a comunidade internacional, como é o caso da erradicação da fome, o respeito pelos direitos humanos, a luta pela igualdade de género, entre outros (Gil, 2017).

Assim, embora os ODS's sejam efetivamente muito mais ambiciosos que os ODM's, algo claramente notável através do aumento de objetivos e nas metas e indicadores pertencentes à nova agenda, boa parte destes objetivos são uma reiteração de velhas promessas que não foram conseguidas e adiadas por décadas e que foram agora recuperadas pelos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4- Relação dos ODS's com o Turismo

4.1- Alinhamento dos ODS's com o Turismo

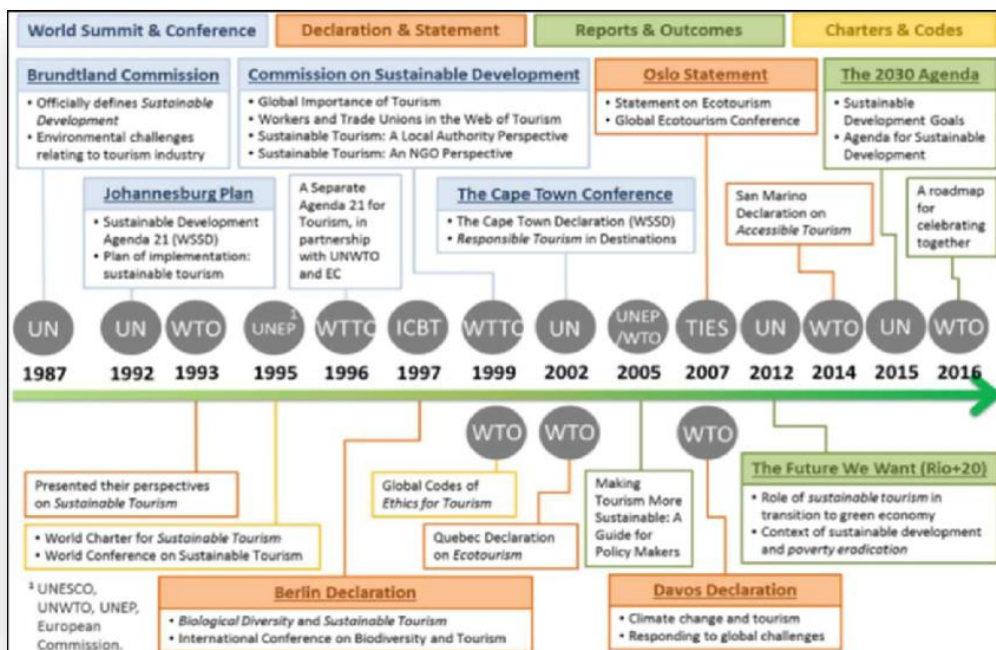
Devido ao ênfase dado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), sobre o turismo sustentável e a relevância económica do setor, os ODS's tornaram-se pontos fulcrais para se estudar o tema da sustentabilidade, contribuindo para o setor turístico (Saarinen & Rogerson, 2014; Robu, Sobolevschi, & Petcu, 2019).

Desta forma, a consciencialização progressiva em torno do papel do turismo sustentável no desenvolvimento da sustentabilidade e a conquista da Agenda de Desenvolvimento 2030

proporcionaram um avanço histórico que possibilita uma oportunidade única para diversas organizações intergovernamentais, governos nacionais, bem como autoridades locais e regionais, organizações empresariais, comunidades, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil de variados tipos, de fortalecerem e utilizarem os conjuntos de indicadores de sustentabilidade (Hak, Kovanda, & Weinzettel, 2012).

Nessa ótica, a coerência entre os interesses socioeconômicos e os sistemas ecológicos limitados do planeta é o foco principal da sustentabilidade. Apesar de continuarem a existir danos ambientais significativos, a Figura 5 demonstra um itinerário para interligar o setor turístico ao desenvolvimento sustentável a nível global. Desde o término dos anos 80, a investigação no campo turístico tem prestado um substancial foco à matéria da sustentabilidade (Hall, 2010). Nessa altura, foi proposto e desenvolvido a noção de ligação entre o meio ambiente com a atividade turística, designado por turismo sustentável (Aall, 2014).

Figura 5- Roteiro que conecta o turismo ao desenvolvimento sustentável em todo o mundo: princípios, declarações, convenções e códigos



Fonte: Pan, et al., 2018

O primeiro plano de ação que surgiu foi concebido pelas Nações Unidas (ONU) e denominava-se “Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável”, tendo sido adotado na Conferência do Rio em 1992. De seguida, a Organização Mundial do Turismo (UNWTO) expôs as suas expectativas relativas ao turismo sustentável. Assim, em 1996, foi divulgada uma Agenda 21 específica para o turismo e desenvolvida em parceria com a UNWTO, o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) e o Conselho da Terra (CE). Seguida por este documento, a Declaração de Quebec sobre “Ecoturismo” foi comunicada na Cúpula Mundial de Ecoturismo, em 2002, e a Declaração de Davos sobre “Mudança climática resposta do turismo aos desafios globais” foi anunciada posteriormente em 2007. Até a Conferência Rio+ em 2012, onde se desenhou o documento final “O futuro que queremos”, promoveu significativamente o papel do turismo no avanço para uma economia mais verde na conjuntura do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

Nesta conferência, o principal resultado obtido foi o acordo a que se chegou entre os Estados membros, de se lançar um processo para se conceber um agenda global, denominada Agenda 2030, e um conjunto de diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS's) (Santos & Ribeiro, 2015). Os ODS's foram concebidos através de um processo de discussão pormenorizado e participativo, envolvendo diversos grupos de interesse do mundo inteiro, incluindo a sociedade civil organizada, o setor privado e órgãos locais (Klopp & Petretta, 2017).

Apesar de não haver vínculo jurídico, a Agenda 2030 da ONU almeja ser referência para o desenvolvimento a nível internacional, incitando os governos a tornarem os ODS's globais em políticas e metas nacionais, de forma a criar-se uma visão concisa e de longo prazo do desenvolvimento nacional (Lucas, Vieira, & Pinto, 2015) e para que sejam estipulados indicadores, metas e prioridades específicas para cada país, obedecendo às condições e capacidades nacionais (Weitz, Person, Nilsson, & Tenggren, 2015).

Na ótica dos ODS's, os dezassete objetivos individuais simbolizam os vários elementos da sustentabilidade e que, como conjunto, provêm uma representação holística da complexidade e interdependências do desenvolvimento sustentável. Como já foi aprofundado anteriormente, estes objetivos são compostos por uma série de medidas e indicadores, e compreendem um conjunto de objetivos bastante ambiciosos, objetivos estes monitorizados e reportados à ONU (Valencia, Simon, Croise, et al., 2019). Para melhor entendimento, segue a Figura 6 que demonstra a integração dos ODS's no turismo.

Figura 6- Integração dos ODS's no Turismo



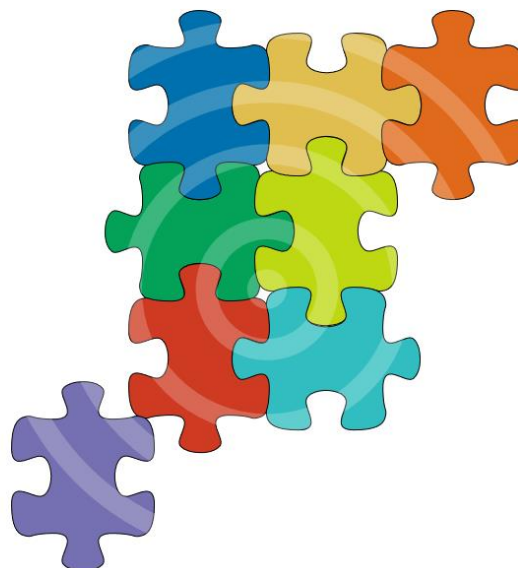
Fonte- (UNWTO, 2017)

Dentro da perspectiva da Agenda 2030, a OMT enalteceu o potencial que o turismo tem como contributo para se alcançarem os ODS, direta ou indiretamente. Desta forma, o turismo está estritamente interligado aos ODS's (Boluk, et al., 2019; Scheyvens, 2018) e indicou cinco pilares centrais para os quais o turismo deve ter um contributo significativo e duradouro, de forma a se obter o desenvolvimento sustentável (UNWTO, 2017). Dentro destes cinco pilares está o crescimento económico inclusivo e sustentável, que se liga aos ODS 8, 9, 10 e 17; o uso mais consciente e eficiente dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, onde estão relacionados os ODS 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14 e 15; a inclusão social, emprego e redução de pobreza, que se liga aos ODS 1, 3, 4, 5, 8 e 10; os valores culturais, a diversidade e património, que se associam aos ODS 8, 11 e 12 e, por fim, a compreensão mútua, paz, transparência e segurança, relacionadas com o ODS 16 (Pan, et al., 2018).

Logo, a modificação do turismo em direção à sustentabilidade carece de uma abordagem interdisciplinar para a sua implementação, tais como investimentos em tecnologias inovadoras; políticas integrativas, tanto internacionais, como nacionais e locais; parcerias sólidas entre governos e empresas turísticas e a promoção de práticas sustentáveis, como é o caso do uso eficiente da água, da energia a gestão integrada dos resíduos (Melo & Barbosa, 2020).

PARTE 2
PROJETO CENTRO SUSTENTÁVEL

Centro Sustentável



CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO TURÍSTICO DO CENTRO DE PORTUGAL

1- O Centro de Portugal - Considerações gerais

O setor turístico em Portugal tornou-se uma fonte económica fulcral para a criação de emprego e riqueza. O país tem vindo a registar uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 7.2% nas dormidas, nos passados 9 anos, o que reverte num aumento de 37 milhões de dormidas do ano de 2010 para 70 milhões de pernoitas no ano de 2019, sendo este o maior valor registado (INE, 2023).

Segundo os dados mais recentes do INE, o mês de abril de 2022 foi o melhor mês de sempre “para a atividade turística no Centro de Portugal”, conseguindo superar os resultados incríveis registados no pré pandemia, em 2019. Assim, torna-se necessário realçar o número de dormidas, sendo que, comparativamente, o mês de abril do ano de 2022 registou um aumento 2.5% relativamente a 2019, ultrapassando as 590 560 dormidas de 2019 para 605 511 em 2022, tendo este crescimento transposto a média nacional em 1%.

Para melhor compreensão do fenómeno turístico em Portugal e em particular na região Centro, em seguida, serão analisados alguns temas como a caracterização, tanto humana como geográfica destas regiões, bem como a caracterização da oferta e da procura turística, onde serão abordadas estatísticas.

1.2- Caraterização Geográfica e Humana

Portugal é considerado um destino ideal para se viver e visitar, não só devido ao seu clima ameno e cerca de 850km de praias deslumbrantes, compostas por areia branca e banhadas pelo Oceano Atlântico, mas também pela unicidade de todas as suas estações do ano e a proximidade de qualquer capital europeia. Uma vez que é o país com as fronteiras mais antigas do continente Europeu, Portugal é reconhecido pelas sua ampla diversidade de ofertas de atividades de lazer, de paisagens deslumbrantes em proximidade e pelo seu grandioso património cultural, onde a contemporaniedade, identidade e tradição se unem.

A nível geográfico, Portugal encontra-se no extremo sudoeste da Europa, integrando ainda dois arquipélagos localizados no Oceano Atlântico, sendo estes o Arquipélago da Madeira e o dos Açores. O território português possui uma área de cerca de 88 889km², onde cerca de 1 215 km pertencem à fronteira terrestre com Espanha e cerca de 850km são da costa atlântica.

Como é possível observar na seguinte figura (Figura 7), o país subdivide-se em diversas regiões, tais como a Região Norte, a Centro, a Área Metropolitana de Lisboa, o Alentejo, o Algarve, a Região Autónoma da Madeira e a Região Autónoma dos Açores.

Figura 7- Mapa de Portugal (subdivisão por NUTS II)



Fonte- <https://www.dirportugal.com/regioes-de-portugal/>

No que diz respeito às regiões autónomas, como já foi referido anteriormente, a região autónoma da Madeira situa-se no Oceano Atlântico e possui cerca de 740km² de área, situa-se a 500kms da costa africana e a 1000kms do continente europeu, aproximadamente. Este

arquipélago é composto pelas ilhas de Porto Santo e da Madeira, bem como pelas ilhas despovoadas das Selvagens e Desertas, sendo estas as Áreas de Reserva Natural da região. Relativamente às ligações com o continente, estas são asseguradas por via aérea, sendo que o tempo de voo estimado é cerca de uma hora e trinta minutos.

Por sua vez, a região autónoma dos Açores localiza-se igualmente no Oceano Atlântico, entre o continente norte-americano e o europeu, tendo cerca de 2 355km² e sendo composta por nove ilhas, tais como as ilhas da Santa Maria e São Miguel, integrantes do grupo Oriental, as ilhas da Graciosa, Terceira, Pico, São Jorge e Faial, pertencentes ao grupo Central e as ilhas de Corvo e Flores que integram o grupo Ocidental. Tal como acontece no arquipélago da Madeira, a ligação ao continente é feita maioritariamente por via aérea, com uma duração de cerca de duas horas.

Relativamente ao clima português, este modifica de região para região devido à influência da latitude, do relevo e da adjacência ao mar, o que permite um maior equilíbrio na temperatura, sendo que os Invernos são relativamente suaves, em particular nas regiões mais a sul.

Contudo, como já foi referido, as regiões mais a norte, em particular as que estão em maior proximidade de Espanha, têm Invernos mais frios, devido ao relevo, chegando-se a registar queda de neve nos locais mais altos, principalmente na Serra da Estrela, que é o ponto mais elevado de Portugal Continental (1 991 metros de altitude).

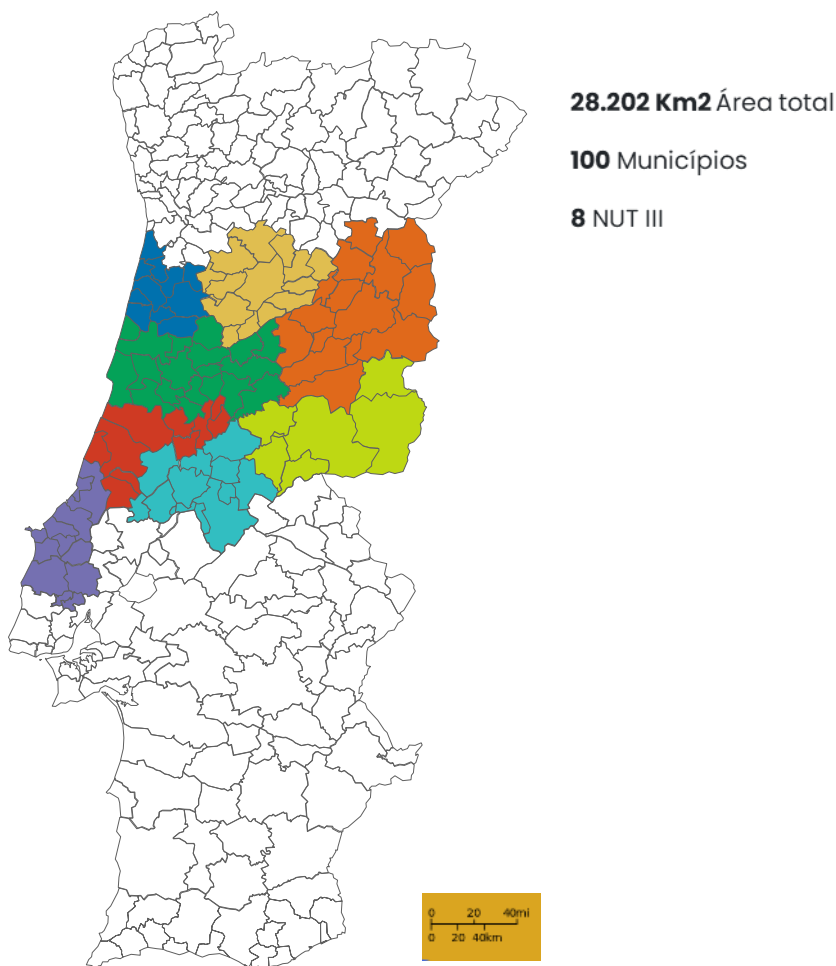
Já os verões são característicos pelo seu clima seco e quente, em particular nas regiões mais interiores, uma vez que no litoral as temperaturas são mais amenizadas, devido ao efeito marítimo.

Observando o caso concreto da Região Centro, esta é composta por um território que ocupa aproximadamente 28 202 km², com cerca de 1 783 596 habitantes (22% da população residente no país) (INE, 2001), correspondendo a 100 municípios que estão subdivididos por 10 NUT III. Esta região é uma das cinco áreas regionais de turismo de Portugal, e integra oito Comunidades Intermunicipais que constituem NUT's nível III: Beira Baixa, Beiras e

Serra da Estrela, Médio Tejo, Oeste, Região de Aveiro, Região de Coimbra, Região de Leiria e Viseu Dão-Lafões.

Está demarcada a Norte pela Região de Turismo do Porto e Norte, a Sul pela Região de Turismo do Alentejo e Ribatejo e pela Região de Turismo de Lisboa, a Este por Espanha e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Figura 8- Região Centro de Portugal



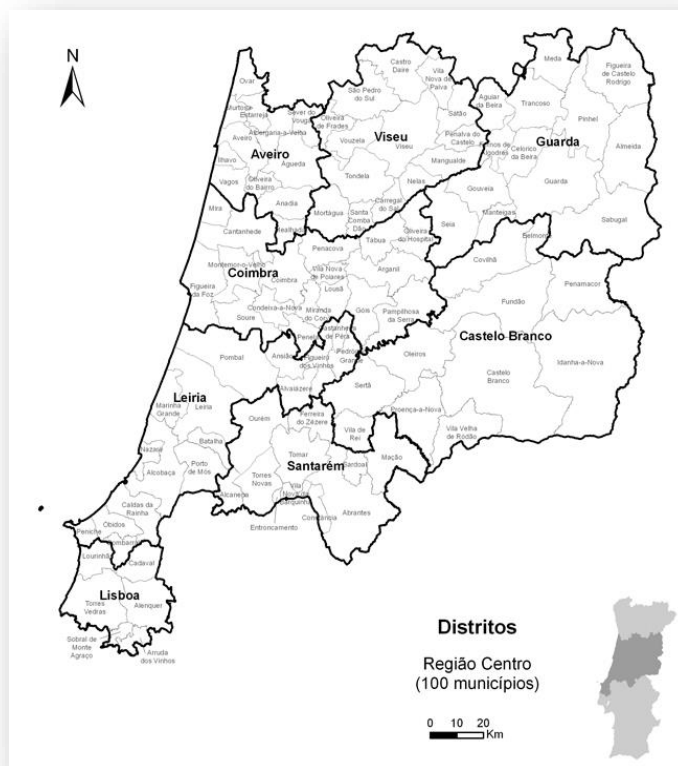
Fonte- Projeto Centro Sustentável

Esta região é caracterizada pela sua heterogeneidade, devido não só aos seus grandes contrastes morfológicos, mas também devido à sua variedade litológica, que se encontra inscrita num quadro estrutural complexo, pelas consideráveis alterações climáticas a nível

espacial, pelas dinâmicas sócio-económicas e demográficas diferenciadoras, pelas diversas potencialidades hidrogeológicas, com regimes hidrológicos demarcados pela sazonalidade, pelas variadas propensões florestais e agrícolas e pela diferença da concentração urbana e produtivas, as quais influenciam o panorama ambiental e de segurança existente (Tavares & Cunha, 2007).

A nível cultural, é composta por 119 Centros interpretativos, 1 147 bens imóveis culturais, 189 monumentos nacionais, 720 imóveis de interesse público, 238 imóveis de interesse municipal, 106 sítios turísticos e 196 galerias de arte e outros espaços de exposição temporária (RNT , 2023; OTSCP, 2023).

Figura 9- Distritos integrantes da Região Centro de Portugal



Fonte: CCDR-C

Através da seguinte tabela, é possível verificar que a demografia teve um decréscimo (-

2.1%), entre os anos de 2011 a 2021, tendo passado de cerca de 10 562 178 habitantes para 10 344 802, respetivamente. Com isto, pode concluir-se que, no ano de 2021, a densidade populacional portuguesa era de 122.2 habitantes por km².

No contexto da Região Centro, é de destacar a perda populacional significativa (-4.3%), sendo que no ano de 2011 a região possuía 2 327 755 habitantes e passou a ter 2 227 567 em 2021. A densidade populacional desta região é uma das mais baixas no contexto nacional, encontrando-se apenas acima do Alentejo, tendo, no ano de 2021, apenas 79.3 habitantes por km².

Na verdade, o decréscimo populacional é uma tendência que se registou ao nível de quase todas as localidades portuguesas, sendo o Alentejo e a região autónoma da Madeira as regiões com maior destaque, uma vez que registou um decréscimo populacional significativo de 6.9% e 6.4%, respetivamente. Em contraste, as regiões da área metropolitana de Lisboa e o Algarve são as regiões que se destacam pela positiva, uma vez que registaram um acréscimo populacional de 3.7% e 1.7%, de 2011 para 2021, respetivamente.

Tabela 1- Evolução da População Residente e Densidade Populacional em Portugal, por NUTS II, no período 2011 – 2021

<i>Local Geográfica</i>	<i>População Residente</i>		<i>Varição População Residente (%)</i>	<i>Densidade Populacional (Hab/Km²)</i>
	2011	2021		
Portugal	10 562 178	10 344 802	-2.1	112.2
<i>Norte</i>	3 689 682	3 587 074	-2.8	168.6
Centro	2 327 755	2 227 567	-4.3	79.3
<i>AM Lisboa</i>	2 821 876	2 870 770	1.7	951.7
<i>Alentejo</i>	757 302	704 707	-6.9	22.3

Tabela 1- Evolução da População Residente e Densidade Populacional em Portugal, por NUTS II, no período 2011 – 2021 CONT.

<i>Local Geográfica</i>	<i>População Residente</i>		<i>Variação População Residente (%)</i>	<i>Densidade Populacional (Hab/Km2)</i>
	2011	2021		
<i>Algarve</i>	451 006	467 475	3.7	93.2
<i>RA Açores</i>	246 772	236 440	-4.2	101.8
<i>RA Madeira</i>	267 785	250 769	-6.4	313.5

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

1.3- Oferta Turística em Números

Após a caracterização de Portugal e da região Centro a nível geográfico e humano, torna-se imprescindível a análise turística destas regiões. Assim, de seguida, serão expostas as estatísticas principais relativas à oferta turística.

Esta análise foi possível através da recolha de dados providenciados pelo Registo Nacional de Turismo (RNT), onde é possível encontrarem-se informações relacionadas com as entidades que exploram empreendimentos, bem como agentes de animação turística, empresas de turismo e agências de viagens e turismo. Nesse sentido, foi possível fazer-se o seguinte levantamento relativo à oferta de Empreendimentos e Empresas do Turismo em Portugal:

Tabela 2- Distribuição de Empreendimentos e Empresas de Turismo, por área de atividade, em Portugal (2023)

<i>Área de Atividade</i>	<i>Oferta Total</i>
<i>Agências de Viagens e Turismo</i>	2 857
<i>Agentes de Animação Turística</i>	10 281
<i>Alojamento Local</i>	108 599
<i>Empreendimentos Turísticos</i>	5 256

Fonte: Registo Nacional do Turismo (RNT)

A análise da tabela acima apresentada (tabela 2) permite aferir que, relativamente ao quadro geral português, encontravam-se registadas cerca de 121 291 empreendimentos/empresas do setor turístico no RNT, em 2022.

De forma a abordar-se agora a temática dos estabelecimentos de Alojamento Turístico, é importante clarificar a definição dos mesmos. Segundo o INE, um alojamento turístico é um “tipo de alojamento para dormidas de turistas” onde se integra “o alojamento turístico coletivo e privado subdivididos nas seguintes tipologias:

- Alojamento turístico privado, ou seja, um alojamento alugado, como é o caso de casas arrendadas a particulares ou a agências profissionais e quartos arrendados em casas particulares, bem como outros tipos de alojamento privado, tais como casa de férias ou uma habitação providenciada gratuitamente por amigos ou familiares, entre outros.
- Alojamento turístico coletivo, isto é, estabelecimentos hoteleiros ou similares, assim como outras tipologias de estabelecimentos de alojamento coletivo, tais como parques de campismo, residências turísticas, marinas, outro alojamento coletivo, ou também alojamento especializado, como é o caso de campos de férias e de trabalho, estabelecimentos de saúde, centros de conferência, transportes públicos de passageiros, entre outros.

Tabela 3- Evolução do número de Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Estabelecimentos de Alojamento Turístico</i>				
	<i>(estabelecimentos de Hotelaria, de Alojamento Local e de Turismo em Espaço Rural e de Habitação)</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	5 840	6 868	6 833	5 183	6 271
<i>Norte</i>	1 313	1 438	1 785	1 420	1 688
<i>Centro</i>	1 079	1 175	1 365	1 124	1 323
<i>AM Lisboa</i>	771	908	1 155	707	869
<i>Alentejo</i>	576	625	753	671	744
<i>Algarve</i>	717	817	990	790	939
<i>RA Açores</i>	190	363	404	241	367
<i>RA Madeira</i>	1 194	1 542	381	230	341

Fonte: PORDATA

Já ao analisar-se a tabela 3, é possível concluir, logo à partida, que a Pandemia COVID-19 teve um impacto bastante danoso na evolução do número de estabelecimentos de alojamento de turismo no país e em todas as suas NUTS II, uma vez que a tendência era de aumento, mas registou-se um decréscimo avassalador de 2019 para 2020, uma vez que foi este o ano em que a pandemia assolou Portugal. A consequência desta diminuição foi a falência de 1650 estabelecimentos de alojamento turístico, a nível nacional, sendo que 241 desses estabelecimentos se encontravam na região Centro.

O número de estabelecimentos de alojamento turístico recuperou após o primeiro impacto que a pandemia provocou, chegando a aumentar novamente e a ultrapassar os 5 183 registos de 2020 para 6 271 em 2021. Esta tendência foi acompanhada pela região Centro, uma vez que esta registou um acréscimo de 199 estabelecimentos do ano de 2020 para 2021.

Outra conclusão que se pode obter através da análise desta tabela é o crescimento gradual do número de registos de estabelecimentos de alojamento turístico, uma vez que este foi

crescendo significativamente, ano após ano, após o período da pré pandemia, passando de 5 840 estabelecimento em 2017 para 6 833 em 2019, o que prefaz mais 993 estabelecimentos registados e, 45 destes, situados na zona Centro.

Relativamente à capacidade de um estabelecimento de alojamento turístico, o site do PORDATA define-a como o número máximo de indivíduos que o estabelecimento pode alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes e considerando como duas as camas de casal (PORDATA, 2023).

Tabela 4- Evolução da capacidade nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Capacidade nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico</i>				
	<i>(número de camas)</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	402 832	423 152	443 157	344 757	404 857
<i>Norte</i>	62 855	66 501	73 987	62 229	71 402
<i>Centro</i>	58 418	60 646	63 673	53 697	60 055
<i>AM Lisboa</i>	80 416	84 184	92 174	60 047	77 880
<i>Alentejo</i>	22 861	23 852	25 941	23 718	25 347
<i>Algarve</i>	127 583	131 243	134 042	112 735	124 273
<i>RA Açores</i>	11 544	14 902	15 791	10 142	14 568
<i>RA Madeira</i>	39 155	41 824	37 549	22 189	31 332

Fonte: PORDATA

Com a observação detalhada da tabela acima apresentada, é possível salientar um ponto fulcral: sem se contabilizar o ano de 2020, em que os valores foram impactados negativamente pela pandemia, registou-se um incremento do número de camas em todas as regiões, sendo que o aumento mais significativo aconteceu a nível nacional, onde se passou

de 402 832 camas (2017) para 443 157 (2019), representando uma ampliação de 9.1%. No contexto da zona Centro, observou-se um aumento no número de camas de cerca de 8.3%, no mesmo período temporal, passando de 58 418 camas para 63 677.

Pode-se ainda aferir, através da análise da tabela 4, que o COVID-19 impactou de uma forma absolutamente negativa a capacidade dos alojamentos turísticos, uma vez que estes tiveram um decréscimo de 28.5%, o que representa menos 98 400 camas, no período de 2019 para 2020. Relativamente à região Centro, um decréscimo significativo no número de camas foi igualmente registado pelos mesmos motivos, passando das 63 673 camas em 2019 para as 53 697 em 2020, o que revela uma quebra de 18.6%.

Neste seguimento, em 2021, foi assinalado um incremento da capacidade destes alojamentos, chegando a alcançar-se valores aproximados dos registados no pré-Pandemia, sendo que Portugal passou a oferecer 404 857 camas em 2021, significando um acréscimo de 14.9% relativamente ao ano antecedente. Já na região Centro, o aumento foi de 10.6%, tendo-se registado 60 055 camas no ano de 2021, ou seja, mais 6 358 camas que o ano anterior.

1.4- Procura Turística em Números

Após analisada a oferta turística de Portugal e da zona Centro, serão observados agora os dados relativos à procura turística nos últimos anos.

Iniciando pelo número de dormidas encontrado nos estabelecimentos de Alojamento Turístico, o INE afirma que a dormida num alojamento turístico se define como a “permanência de um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte” (INE, 2023).

Tabela 5- Dormidas nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Dormidas nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	65 385 210	67 662 103	70 158 964	25 798 299	37 332 422
<i>Norte</i>	9 008 846	9 778 017	10 810 712	4 366 056	6 142 067
<i>Centro</i>	6 764 282	6 777 827	7 134 863	3 362 011	4 452 462
<i>AM Lisboa</i>	16 695 206	17 516 975	18 639 062	5 254 354	7 731 513
<i>Alentejo</i>	2 487 385	2 675 945	2 938 830	1 829 255	2 280 089
<i>Algarve</i>	20 207 151	20 443 247	20 900 495	7 890 711	10 874 036
<i>RA Açores</i>	1 862 351	2 125 826	2 277 805	654 376	1 456 490
<i>RA Madeira</i>	8 359 989	8 344 266	7 457 197	2 441 536	4 395 765

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A tabela 5 retrata o progresso do número de dormidas e, logo à primeira vista, é possível aferir que a Pandemia também impactou significativamente, pela negativa, o número de dormidas nos estabelecimentos de Alojamento Turístico nacionais, uma vez que do ano 2017 a 2019 tinha acontecido um crescimento gradual no número de dormidas, chegando a alcançar um novo marco histórico quando se atingiram as 70 158 964 dormidas no país em 2019. Contudo, previa-se que os valores de 2020 fossem ainda mais elevados, no entanto, como consequência da pandemia e de todos os confinamentos e limitações, o número de dormidas nacionais diminuiu para apenas 25 798 299, sendo este o valor mais baixo que se registava há longos anos.

Ao analisar-se os números de dormidas na zona Centro e comparar-se os mesmos com os números a nível nacional, é possível entender que esta região também acompanhava a tendência de crescimento no número de dormidas que se observava no país. Contudo, apesar de acompanhar esta propensão, encontra-se um pouco aquém do que se espera por parte de

uma região que tem vindo a crescer consideravelmente em termos turísticos.

Analisando-se o ano de 2019, sendo este o último ano que se usa para se comparar com “valores reais”, uma vez que 2020 foi fortemente impactado pela Pandemia, a zona Centro ocupou apenas 10.2% do total de dormidas registadas no país. Existe a forte probabilidade deste valor aumentar significativamente ao longo dos anos, uma vez que existe uma aposta considerável por parte do Turismo Centro de Portugal em promover e divulgar esta região, utilizando o facto da pandemia ter modificado as preferências dos hábitos turísticos dos portugueses, de forma a cativá-los a preferirem o Centro para passarem férias em detrimento de fazerem férias no estrangeiro.

É igualmente necessário destacar como o Selo Clean & Safe veio trazer uma nova sensação de segurança aos turistas, uma vez que a nova preocupação dos mesmos passou a ser a segurança e proteção. Nesse sentido, este selo permitiu um aumento do número de dormidas de 31% a nível nacional, de 2020 para 2021, e de 25% na região Centro, no mesmo período.

Passando para a Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos estabelecimentos de Alojamento Turístico, o INE define este conceito como sendo a “relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis no período de referência, considerando como duas as camas de casal”.

Tabela 6- Evolução da Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	48.9	47.8	47.3	24.1	31.1
<i>Norte</i>	42.0	42.6	42.6	22.3	27.8
<i>Centro</i>	34.3	32.8	32.8	19.8	24.1

Tabela 6- Evolução da Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021 CONT.

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Taxa Líquida de Ocupação-Cama nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico (%)</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>AM Lisboa</i>	58.4	58.6	56.8	23.1	30.0
<i>Alentejo</i>	32.1	33.2	34.0	25.9	29.6
<i>Algarve</i>	51.6	50.2	50.1	26.9	34.0
<i>RA Açores</i>	47.5	42.8	43.5	19.5	34.5
<i>RA Madeira</i>	63.0	58.7	58.0	30.8	44.6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A análise da tabela 6 permite constatar-se que, de modo geral, tem havido uma diminuição, ano após ano, da taxa líquida de ocupação-cama nos estabelecimentos de alojamento turístico no país. A nível nacional, a taxa passou de 48.9% para 47.3% (2017-2019), enquanto na região Centro se verificou uma quebra menos notória, passando de 34.3% para 32.8%, no mesmo período.

Salienta-se ainda o recomeço progressivo da procura turística no período pandémico, sendo este perceptível através do aumento da taxa acima referida no ano de 2020 para 2021, onde, no contexto nacional, esta passou de 24.1% para 31.1%, respetivamente, e no contexto do Centro de Portugal, o crescimento foi menos notório, passando de 19.8% para 24.1%, no mesmo período temporal.

A Estada Média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico é um dos indicadores principais para a medição da procura turística de um destino. Segundo o INE, a Estada Média num Alojamento Turístico é a “relação entre o número de dormidas e o número de hóspedes que deram origem a essas dormidas, no período de referência, na perspetiva da oferta.”

Tabela 7- Estada Média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Estada Média nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	2.7	2.7	2.6	2.5	2.6
<i>Norte</i>	1.8	1.9	1.8	1.8	1.8
<i>Centro</i>	1.8	1.7	1.7	1.8	1.8
<i>AM Lisboa</i>	2.3	2.3	2.3	2.2	2.3
<i>Alentejo</i>	1.8	1.8	1.8	2.1	2.0
<i>Algarve</i>	4.5	4.3	4.1	4.0	4.0
<i>RA Açores</i>	3.0	3.0	3.0	2.7	2.9
<i>RA Madeira</i>	5.3	5.2	5.0	4.7	4.7

Fonte: PORDATA

Ao contrário da tendência que tem vindo a ser notada nos restantes parâmetros, a tabela acima apresentada (tabela 7) demonstra que a Pandemia não foi tão significativamente impactante nos valores da estada média.

No que diz respeito aos valores nacionais, é possível verificar-se que, do ano de 2017 a 2020, o valor deste parâmetro foi diminuindo sucessivamente, tendo passado de uma estada média que rondava as 2.7 noites em 2016 para uma estada média de 2.5 noites em 2020. Se visualizarmos o valor da estada média no ano de 2019 em Portugal e confrontarmos com o valor do ano de 2020, é possível concluir-se que não difere muito, uma vez que a diferença é de apenas 0.1, isto é, mantém-se a tendência de diminuição que se tinha vindo a registar nos anos anteriores.

No caso da região Centro, este critério manteve-se nas 1.8 noites, desde 2017 até 2020.

É igualmente importante ressaltar que, ainda que na altura se estivesse a passar por um dos

piores momentos da Pandemia, a estada média nacional aumentou, das 2.5 noites em 2020 para as 2.6 em 2021, devendo-se este facto ao aumento da procura do turismo interno por parte dos portugueses.

Por último, mas não de menor importância, irá abordar-se o indicador que possibilita perceber-se o impacto do turista estrangeiro no setor turístico nacional, sendo este indicador a Proporção de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico.

Tabela 8- Proporção de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico em Portugal, por NUTS II, no período de 2017 a 2021

<i>Localização Geográfica</i>	<i>Proporção de Hóspedes Estrangeiros nos Estabelecimentos de Alojamento Turístico</i>				
	2017	2018	2019	2020	2021
<i>Portugal</i>	61.6	60.6	60.5	37.4	40.9
<i>Norte</i>	50.8	51.2	52.8	30.5	35.0
<i>Centro</i>	43.5	40.3	39.7	18.9	20.6
<i>AM Lisboa</i>	72.3	72.7	72.9	54.5	57.0
<i>Alentejo</i>	34.3	35.4	34.1	17.4	19.1
<i>Algarve</i>	72.5	71.2	70.9	46.4	48.8
<i>RA Açores</i>	48.9	50.6	49.6	24.4	32.6
<i>RA Madeira</i>	80.8	80.6	78.2	63.8	63.9

Fonte: PORDATA

Com a análise da tabela 8 é possível concluir-se que as pernoitas por parte dos turistas estrangeiros que visitam o país tem vindo a diminuir progressivamente, tendo-se passado dos 61.6% para os 60.5% em 2019, sendo que este foi o último ano cujos valores não foram impactados pela Pandemia.

No caso da Região Centro de Portugal, esta tendência acompanha o contexto nacional, onde

a relação de hóspedes estrangeiros nos alojamentos turísticos diminuiu de 43.5% para 39.7%, no período de 2017 para 2019.

Ao analisar-se este parâmetro pode ainda concluir-se que os turistas internacionais compõem mais de metade das dormidas nos alojamentos turísticos nacionais, sendo que cerca de 60.5% das dormidas em 2019 eram de hóspedes estrangeiros. Esta realidade pode relacionar-se com a fraca procura do turismo interno por parte dos residentes. Contudo, esta tendência tem vindo a alterar-se com os impactos da Pandemia no mundo, principalmente no que diz respeito às viagens e ao turismo, podendo até afirmar-se que está aqui um possível ponto de viragem nas motivações e tendências turísticas do turista português.

CAPÍTULO 2 – BIOSPHERE PORTUGAL E CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

1- Biosphere Portugal

A Biosphere é um sistema integral de reconhecimento, certificação e gestão de um destino, território, serviço, produto ou empresa, onde se pratica acompanhamento e assessoria na melhoria contínua de forma a se alcançar o “Horizonte 2030” alinhado com os ODS estabelecidos pelas Nações Unidas e a sua valorização por parte dos cidadãos e turistas, como foi referido anteriormente (Biosphere Certification, 2023).

Relativamente à Biosphere Portugal, esta representa a certificação *Biosphere Responsible Tourism* em Portugal e no Nordeste do Brasil. O Instituto de Turismo Responsável (ITR), também denominado por *Responsible Tourism Institute*, gerou e dinamizou o Sistema de Turismo Responsável (STR), que se verte na certificação *Biosphere Responsible Tourism* (Biosphere Certification, 2023).

O ITR é uma organização autónoma cuja intenção é a de executar programas e ações de desenvolvimento sustentável no setor turístico. Nesse sentido, acompanha os cumprimentos da Agenda 21 da Organização das Nações Unidas e as linhas orientadoras de diversos planos da Organização Mundial do Turismo e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*, relacionados com o desenvolvimento sustentável e a preservação do património cultural e natural (Biosphere Certification, 2023).

Há 20 anos que a organização internacional *Responsible Tourism Institute* diligencia o Turismo Responsável a nível internacional, e é uma instituição que assomou com o auxílio da UNESCO devido ao Memorando de Entendimento entre as duas organizações, o que possibilitou a promoção do turismo sustentável através da marca Biosphere (Biosphere Certification, 2023).

Assim, a certificação apareceu como uma solução para se instituir normas necessárias para a obtenção de uma conduta sustentável no negócio internacional do turismo. Dessa forma, o

STR proporciona experiências turísticas sustentáveis para que o Turismo Responsável se transforme num produto turístico (Biosphere Certification, 2023).

2- Certificação pela *Biosphere Responsible Tourism*

Precursora no setor, a Biosphere foi o primeiro sistema de certificação sustentável a integrar os parâmetros culturais e sociais (1998), tendo sido o primeiro sistema apto para identificar e valorar os esforços em matérias de sustentabilidade de um território no mundo (2009) e o primeiro também a criar um método de certificação online (2015). Assim, desde 2017 que a Biosphere é o primeiro sistema global de certificação sustentável suportado pela Agenda 2030 e pelos seus dezassete ODS's e cento e sessenta e nove metas (Biosphere Certification, 2023).

Existe uma grande consciência na Biosphere da realidade do mundo e da importância flagrante de que as ações de cada um sejam mais respeitosas, não apenas no contexto ambiental, mas também a nível económico e na esfera sociocultural e governamental. Foi nesse sentido que a marca criou e desenvolveu a cultura de sustentabilidade, a *Biosphere Sustainable Lifestyle*, que abre portas para o caminho da sustentabilidade em todas as suas valências, numa perspetiva mais genérica e holística que cria sinergias, integrando todos os *stakeholders* num estilo de vida mais sustentável (Biosphere Certification, 2023).

Assim, o padrão da Biosphere é a acomodação dos dezassete ODS's ao turismo, através da investigação e de indicadores da OMT, dos indicadores da UE, do Pacto Global e das normas do GSTC (Biosphere Certification, 2023).

A certificação *Biosphere Responsible Tourism* é o garante do cumprimento equilibrado dos parâmetros socioculturais, económicos e ambientais, satisfazendo as necessidades atuais dos turistas e da comunidade local, não descurando a proteção e melhoria das perspetivas futuras (Biosphere Certification, 2023).

Nesse sentido, os destinos Biosphere comprometem-se em conseguir a contínua melhoria de forma a harmonizar adequadamente os parâmetros do combate às alterações climáticas e à

preservação do meio cultural, ambiental e económico, através dos dezassete ODS's das Nações Unidas (Biosphere Certification, 2023).

São diversos os benefícios subsequentes à certificação de um destino turístico, tais como a maior visibilidade do destino, o suporte na geração de empregos, o melhor posicionamento do destino, o aumento do benefício local, tornar-se membro da Comunidade de Destinos da Biosphere, acesso a novas alianças, benefícios sociais e económicos e promoção do comércio, da economia local, da criação e da venda de experiências da Biosphere (Biosphere Certification, 2023).

Existe uma grande urgência de coordenação privada e intervenção pública como forma de tratar a melhoria da competitividade e sustentabilidade, podendo ser observado como produtos e, nesse sentido, exporem uma curva da vida que tem de ser apropriada às dimensões da sustentabilidade (Serra Rotés, 2019).

Qualquer destino turístico pode certificar-se pela Biosphere, independentemente da sua categoria, da capacidade normativa do nível de desenvolvimento ou maturidade turística. Para se realizar a certificação de um destino, é realizado um trabalho de acompanhamento de forma a serem definidos objetivos de melhoria, que serão posteriormente monitorizados de modo a se aproximarem dos requisitos impostos pelos dezassete ODS's e das suas metas respetivas (Biosphere Certification, 2023).

3- O Instituto de Turismo Responsável

3.1- Compromisso com o turismo sustentável

Como já foi referido anteriormente, a certificação Biosphere é concedida pelo Instituto de Turismo Responsável (ITR), entidade independente fundada em 1995 com o intuito de providenciar programas e ações de desenvolvimento sustentável em empresas e destinos turísticos. O ITR foi concebido com o apoio da UNESCO através de um Memorando de Entendimento que tem possibilitado a criação de programas, eventos e projetos de

coadjuvação entre as duas instituições. Também é sócio fundador do Conselho Global de Turismo Sustentável sob os auspícios da Fundação das Nações Unidas (Biosphere Tourism, 2023).

Com o propósito de auxiliar os agentes envolvidos no setor turístico a conceber uma forma inovadora de se conhecer e viajar pelo mundo, o ITR criou projeto e atividades turísticas que se regem pelas normas do desenvolvimento sustentável, cooperando continuamente com inúmeras associações empresariais da área, bem como organizações governamentais e não governamentais, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento (Biosphere Tourism, 2023).

Na execução da sua incumbência, o ITR legitima, através da marca Biosphere, a contribuição do turismo para a Carta Mundial para o Turismo Sustentável +20 (reformulação da Primeira Carta do Turismo Sustentável para os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e as diretrizes da Cúpula do Clima de Paris (COP21) (Biosphere Tourism, 2023).

O ITR já foi premiado diversas vezes, desde a sua fundação, tendo recebido prêmios como o *International Environment Award* (2006), atribuído pela TUI AG, os *European Environment Awards* (2000), uma menção honrosa nos *Green Wood Awards for Environmental Responsibility* (2005), entre outros (Biosphere Tourism, 2023).

CAPÍTULO 3 – PLANO ESTRATÉGICO PARA O CENTRO DE PORTUGAL

1- Enquadramento

A Turismo Centro de Portugal desenvolveu, com o apoio técnico da Biosphere Portugal, o projeto Centro Sustentável, instrumento estratégico financiado pela Linha de Apoio à Sustentabilidade do Turismo de Portugal. Este projeto assume-se como um método de Qualificação em Sustentabilidade do Destino, adequando-se à nova realidade mundial, às tendências mais atuais e aos novos desafios de um setor que está em adaptação constante, com propósitos e metas específicas de sustentabilidade ambiental, económica e social e da diminuição da sazonalidade através da diversificação de mercados, do desenvolvimento dos produtos turísticos, do estímulo à inovação e da valorização dos recursos humanos e do reforço do financiamento e investimento no setor.

Este processo foi desenvolvido segundo o Referencial *Biosphere Destination*, que possibilitou a definição de um rumo estratégico a médio e longo prazo, alinhado com os princípios de desenvolvimento regionais, nacionais, europeus e globais, que estão em vigor no período de programação 2020-2030.

Foi crucial o envolvimento dos *stakeholders* do território neste processo, uma vez que permitiram assegurar uma maior união e coesão territorial da região Centro de Portugal, possibilitando uma grande diversidade de opiniões e um consentimento geral das estratégias a executar, com fundamento na colheita e tratamento de informação atualizada e representativa das iniciativas e projetos em curso.

Nesse sentido, o Centro Sustentável pretende fortalecer as boas práticas de sustentabilidade turística no contexto nacional, estimulando o posicionamento do Destino em matérias de sustentabilidade.

Este projeto tem como principais objetivos:

- A definição de metas e objetivos concretos em matérias de sustentabilidade social, económica e ambiental e da diminuição da sazonalidade através da diversificação de mercados, da dinamização de produtos turísticos, do estímulo à inovação, do reforço do financiamento e investimento no setor, e da valorização dos recursos humanos;
- A qualificação do Destino, adaptando o seu posicionamento às tendências, à nova realidade e aos desafios de um setor que está constantemente em adaptação;
- Declarar-se como uma das soluções ao contexto Pós-Pandémico. (Biosphere Portugal, 2023)

Como produto da primeira fase de trabalho do projeto Centro Sustentável, foi constituído o *Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro*. Consequentemente, foi realizada a segunda etapa do trabalho, o *Plano de Ação para a Sustentabilidade 23-30*, para todo o Território Centro de Portugal.

Este documento pretende examinar as lacunas existentes entre as competências e capacidades do território face aos referenciais internacionais de sustentabilidade (ex: GSTC e *Biosphere Destination*); expor o diagnóstico do território em matéria de práticas de sustentabilidade e criar uma linha orientadora estratégica, de médio e longo prazo, que seja congruente com as estratégias de desenvolvimento globais, europeias e nacionais em vigor no período de programação 2020-2030 [Programa de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, *Green Deal*, a Estratégia para o Turismo 2027, Plano de Turismo + Sustentável 20-23, Visão Estratégica para a Região Centro 2030].

2- Metodologia aplicada ao Diagnóstico de Sustentabilidade

Tal como já foi referido anteriormente, para a elaboração do Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro foi consensualizado como metodologia pela Biosphere Portugal quatro fases distintas.

Primeiramente, procedeu-se à análise do diagnóstico e à etapa de recolha de informação, que foi realizada através de reuniões e completada com questionários digitais no Google Forms. Esta análise e recolha de informação foram exaustivas e decorreram até finais de maio de 2022. A auscultação territorial foi realizada através de equipas de trabalho próprias para o efeito, que durante o período de maio a outubro de 2022 validaram também os resultados preliminares resultantes do diagnóstico (Biosphere Portugal, 2023).

O objetivo de toda a etapa do diagnóstico prende-se com a avaliação do alinhamento do território com as melhores práticas turísticas em matérias de sustentabilidade. Para além desse intuito, também se sentiu a necessidade de realizar o mapeamento de iniciativas, projetos e atividades que, pelas suas especificidades, se destacassem como bons exemplos e casos de referência a ter em conta a nível de sustentabilidade no turismo (Biosphere Portugal, 2023).

Como base de toda esta análise, deu-se uso ao referencial internacional *Biosphere Destination*. Este quadro normativo reconhecido pelo GSTC, como já foi mencionado anteriormente, está fundamentado nos dezassete Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e subdividem-se em três grandes áreas: a área da Governança e Economia, a área da Sociedade e Cultura e a área do Ambiente e Alterações Climáticas (Biosphere Portugal, 2023).

Cada uma das áreas fraciona-se em sessenta e um critérios específicos:

Figura 10- Metodologia aplicada ao Diagnóstico de Sustentabilidade do Centro

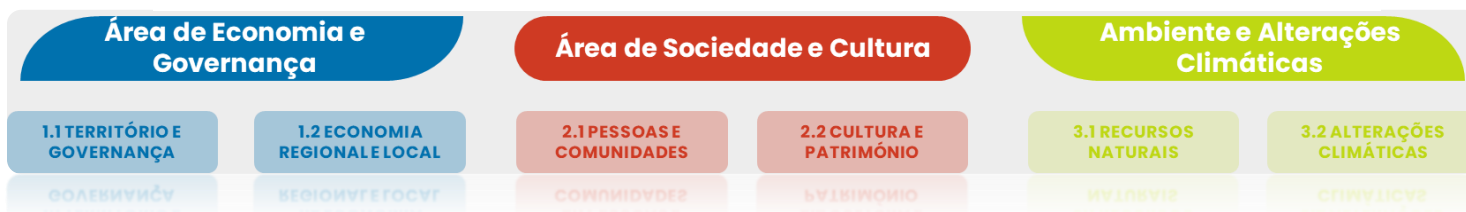


Fonte- Projeto Centro Sustentável

Tal como o Diagnóstico, a estruturação da proposta do Plano de Ação para o Sustentabilidade no Turismo do Centro 23-30, que compreendeu a terceira etapa do processo, teve também como base o referencial *Biosphere Destination*.

De modo a se concretizarem os sessenta e um critérios do referencial na futura proposta do Plano de Ação, foram sugeridos dois *drivers* de ação para cada uma das áreas temáticas, perfazendo um total de seis propostas de *drivers* de ação (Biosphere Portugal, 2023).

Figura 11- Drivers do Plano de Ação para o Sustentabilidade no Turismo do Centro 23-30



Fonte- Projeto Centro Sustentável

A proposta de Plano de Ação para a Sustentabilidade no Turismo do Centro 23-30 exposta no projeto Centro Sustentável foi alvo de validação preliminar por parte da TCP. Foi apresentada posteriormente às partes interessadas, na fase final, de forma a auscultar as

perspetivas de cada um às prioridades a serem estabelecidas (Biosphere Portugal, 2023).

3- O Turismo e Sustentabilidade

3.1- Estratégia Nacional [ET2027]

Em abril de 2017, o Governo apresentou a Estratégia Turismo 2027, o referencial para o desenvolvimento de estratégias empresariais e políticas públicas no setor turístico em Portugal, para a próxima década. O mote desta estratégia é “*Liderar o turismo do futuro*”, uma vez que o enfoque principal são as pessoas e compromete-se com metas de sustentabilidade social, ambiental e económica, tendo como visão afirmar o turismo como *hub* para o desenvolvimento social, económico e ambiental em todo o território, posicionando Portugal como um dos destinos turísticos mais competitivos e sustentáveis do mundo (Biosphere Portugal, 2023).

A conceção da Estratégia para o Turismo 2027 baseou-se num processo alargado, participativo e criativo, no qual o Estado assume a sua responsabilidade e mobiliza os agentes e a sociedade. Funde uma visão de longo prazo, combinada com uma ação no curto prazo, possibilitando atuar com maior sentido estratégico no presente e enquadrar o futuro quadro comunitário de apoio 2021-2027 (Turismo de Portugal, 2017).

Esta é uma estratégia partilhada de longo prazo para o turismo em Portugal, que procura alcançar os seguintes objetivos:

- Gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo;
- Assegurar estabilidade e a assunção de compromissos quanto às opções estratégicas para o turismo nacional;
- Promover uma integração das políticas setoriais;
- Agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo;

- Proporcionar um quadro referencial estratégico a dez anos para o turismo nacional (Turismo de Portugal, 2023).

Relativamente aos desafios para o decorrer dos dez anos propostos por esta estratégia, são de destacar dez objetivos, sendo estes:

- a promoção do emprego, a qualificação e valorização das pessoas e o aumento dos rendimentos dos profissionais do turismo;
- o alargamento da atividade turística a todo o território e a promoção do turismo como fator de coesão social;
- a garantia da competitividade das acessibilidades ao destino Portugal e a promoção da mobilidade dentro do território;
- o ritmo de crescimento mais acelerado em receitas *vs* dormidas;
- o assegurar da preservação e a valorização económica sustentável do património cultural e natural e da identidade local, enquanto ativo estratégico;
- a compatibilização desta atividade com a permanência da comunidade local;
- o alargamento da atividade turística a todo o ano, de forma que o turismo seja sustentável;
- o estímulo da inovação e empreendedorismo;
- o alcance dos mercados que melhor respondem aos desafios de crescer em valor e que permitem alargar o turismo a todo o ano e em todo o território;
- a simplificação da legislação e o caucionar de recursos financeiros e dinamização do investimento (Turismo de Portugal, 2017).

Para cada um dos três pilares da sustentabilidade foram definidas metas concretas. Para a

sustentabilidade económica, definiu-se o aumento da procura em todo o território para 80 milhões de dormidas e o aumento do valor das receitas para 26 mil milhões. Relativamente à sustentabilidade social, os objetivos prendem-se com o alargamento da atividade turística durante todo o ano, alcançando em 2027 o índice de sazonalidade mais baixo de sempre, duplicar o nível de habilitações do ensino secundário e pós-secundário no turismo, passando de 30% para 60% e assegurar que o turismo gera um impacto positivo nas populações residentes. Por fim, na sustentabilidade ambiental a meta é assegurar que mais de 90% das empresas do turismo adotam medidas de utilização eficiente de água e de energia e que desenvolvem ações de gestão ambiental dos resíduos (Biosphere Portugal, 2023).

Figura 12- Estratégia Turismo 2027



Fonte- Projeto Centro Sustentável

3.2- Plano Turismo + Sustentável [20-23]

Em outubro de 2020 foi lançado pelo Turismo de Portugal o "Plano Turismo + Sustentável 20-23". Em alinhamento com os objetivos da Estratégia Turismo 2027, acima referida, e da política de retoma do setor pós pandemia, este plano enaltece a necessidade do reforço da competitividade e do posicionamento do país enquanto destino turístico seguro e sustentável, focando na sustentabilidade ambiental e na economia circular (Biosphere Portugal, 2023).

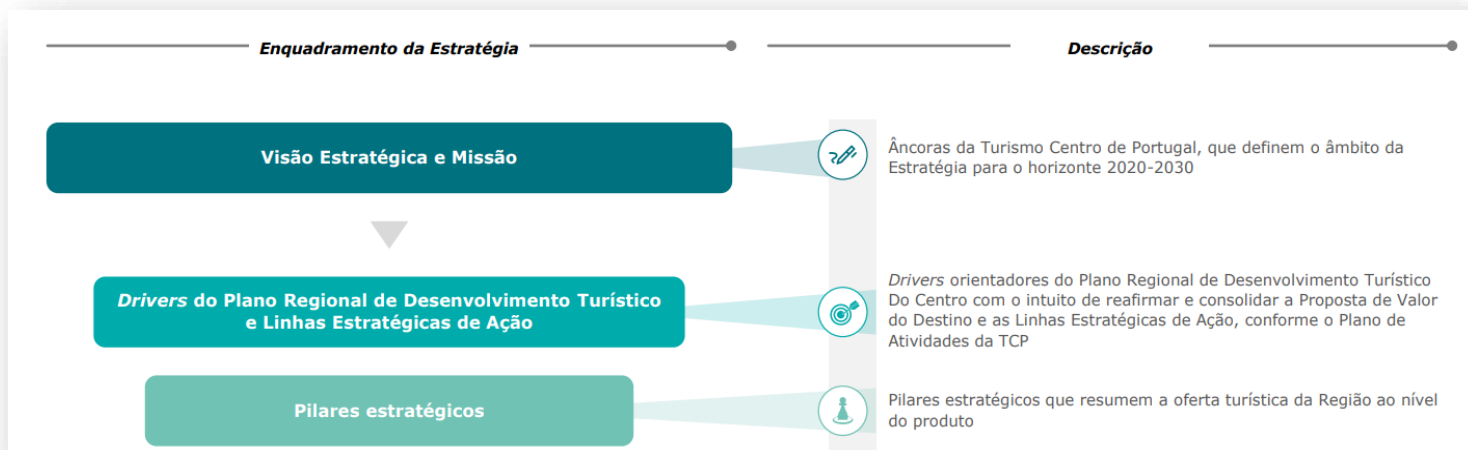
"Mais do que um desafio, é o caminho" é o lema cujo Plano se rege para posicionar Portugal como um dos destinos turísticos mais seguros, sustentáveis e competitivos do mundo através de um desenvolvimento social, ambiental e económico em todo o território (Biosphere Portugal, 2023).

Para cada um dos três pilares da sustentabilidade foram definidas metas concretas. Para a sustentabilidade económica, pretende-se contribuir para atingir as metas da ET 2027 e o alinhamento com a visão da OMT para uma recuperação responsável do setor do turismo, pós crise Covid-19. Relativamente à sustentabilidade social, o objetivo é atuar com foco nos dezassete ODS's e envolver os *stakeholders* do setor num compromisso conjunto, assim como qualificar os agentes do setor. Por fim, na sustentabilidade ambiental, a meta é atuar na minimização do impacto das alterações climáticas; estruturar uma oferta cada vez mais sustentável; alinhar como agenda para a economia circular e promover a transição climática; promover Portugal como um destino sustentável e monitorizar as métricas de sustentabilidade (Biosphere Portugal, 2023).

3.3- Visão Estratégica Centro 2030

Redirecionando o foco para a região do Centro de Portugal e para a sua estratégia territorial, o Plano Regional de Desenvolvimento Turístico da Região Centro preconiza um conjunto de *Drivers* orientadores, os quais estão consolidados em Linhas Estratégicas de Ação.

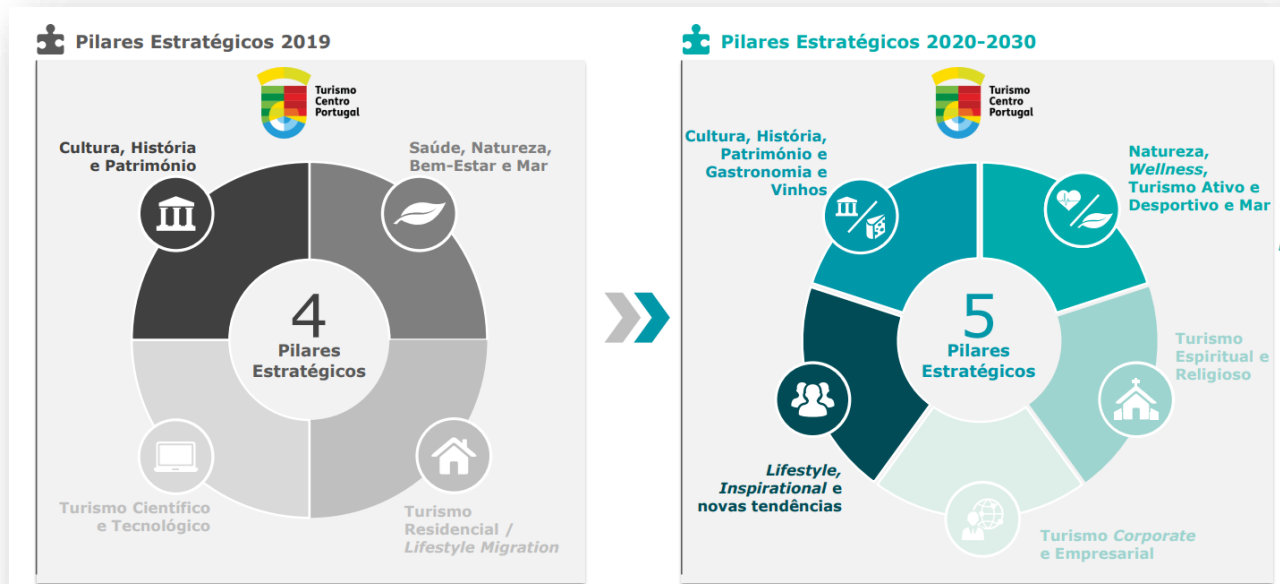
Figura 13- Estratégia Territorial do Centro de Portugal



Fonte- Projeto Centro Sustentável

À luz do novo Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, é perentória a retificação e adaptação dos Pilares Estratégicos ao novo panorama e contexto turístico da Região Centro.

Figura 14- Pilares Estratégicos Turismo Centro de Portugal



Fonte- Projeto Centro Sustentável

No dia 4 de novembro de 2020, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro aprovou a “Visão Estratégica para a Região Centro 2030”, que foi debatida e aprovada no Conselho Regional. Neste documento foram definidas as seguintes intenções:

- Uma região que pretende promover e trabalhar a capacitação para a resiliência dos territórios mais frágeis e mais carenciados de “energia demográfica”;
- Uma região que procura fortalecer a sua competitividade nacional e internacional e solidificar um modelo de inovação territorial e socialmente inclusiva;
- Uma região que procura usufruir estrategicamente do seu sistema urbano;
- Uma região capaz de gerir a oferta de qualificações e competências;
- Uma região que pretende liderar a evolução para uma sociedade mais sustentável (Biosphere Portugal, 2023).

Neste sentido, pode-se comprovar que a visão estratégica Centro 2030 está alinhada com a Estratégia Turismo 2027, uma vez que esta adaptou os seus novos pilares estratégicos para uma agenda mais direcionada para a sustentabilidade, tal como está preconizado na ET2027. Isto pode observar-se no facto de, aos pilares anteriormente existentes na estratégia territorial do Centro 2019 (cultura e património, saúde e natureza, inovação no turismo e turismo residencial), se ter adicionado ainda a preocupação de atender às novas necessidades e tendências do turismo e ao *sustainable lifestyle* que cada vez é mais procurado após a pandemia.

Assim, conclui-se que ambas as agendas estão interligadas e que procuram caminhar em direção a um futuro mais sustentável.

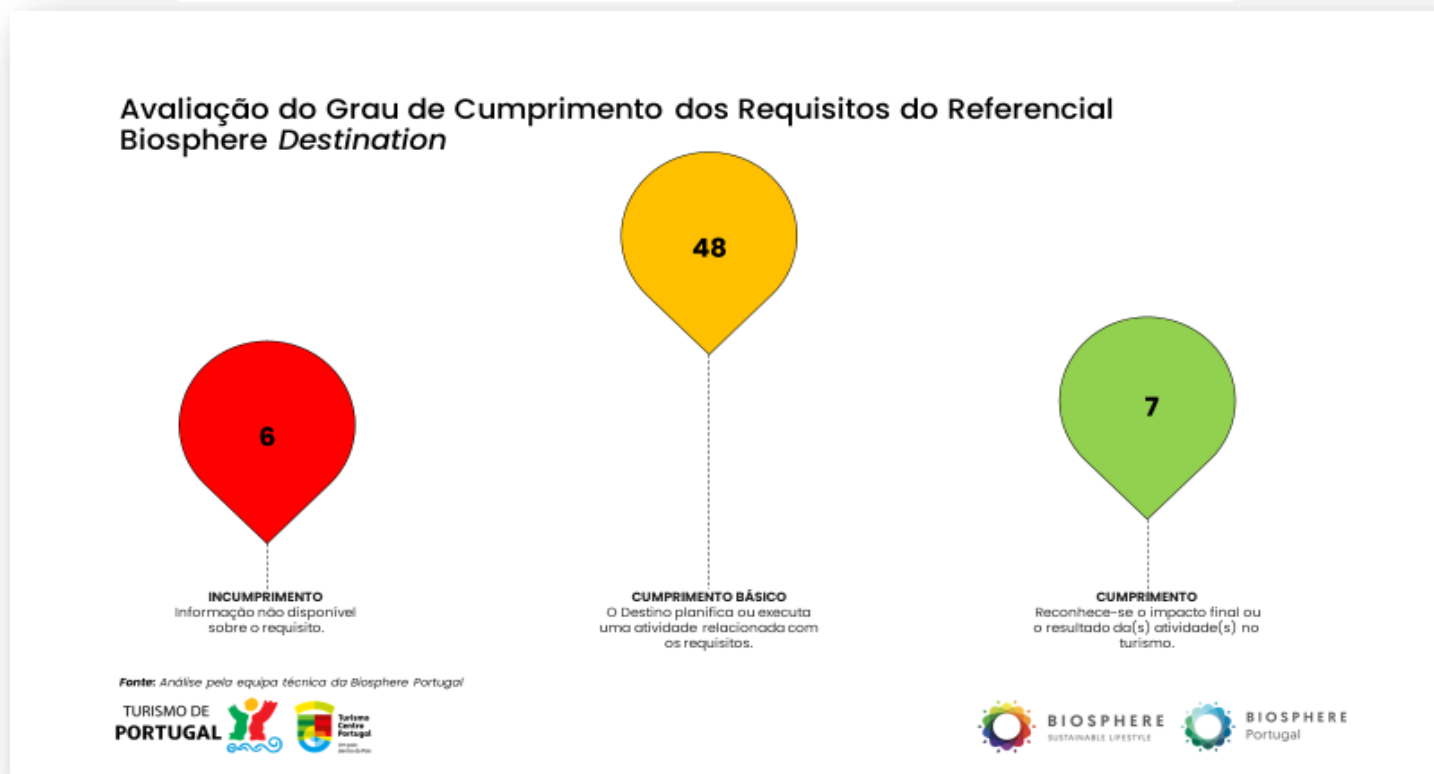
CAPÍTULO 4- DIAGNÓSTICO DE SUSTENTABILIDADE

O Diagnóstico de Sustentabilidade do Destino é exposto neste ponto através da análise do desempenho da Entidade Regional Turismo do Centro de Portugal, feito pela Biosphere Portugal.

Nesta parte, foi feita a análise do nível de sustentabilidade da região, através do cumprimento dos indicadores do Referencial *Biosphere Destination* por parte das ações já efetuadas ou ainda por concretizar.

Assim, foi realizada uma avaliação, por área e por ODS, do grau de cumprimento dos sessenta e um requisitos do Referencial *Biosphere Destination*. Esta avaliação é realizada de acordo com uma escala de três níveis: o incumprimento (vermelho), que significa que o destino não pratica nenhuma das componentes exigidas pelo indicador; o semi-cumprimento (amarelo), que indica que o destino já pratica algumas atividades/medidas exigidas pelo indicador; e o cumprimento (verde) que indica que o destino pratica atividades/medidas que estão em total alinhamento com o indicador.

Figura 15- Avaliação do Grau de Cumprimento dos Requisitos do Referencial Biosphere Destination



Fonte: Projeto Centro Sustentável

Figura 16- Grau de Cumprimento dos Requisitos do Referencial Biosphere Destination por área



Fonte: Projeto Centro Sustentável

O Diagnóstico de Sustentabilidade teve também o propósito de servir como auxílio na compreensão das variações próprias do Destino, tanto ao nível do seu potencial único positivo, tanto como pelo reconhecimento das melhorias que eventualmente serão introduzidas e que revelem incorporação de valor para as empresas, visitantes, comunidades e agentes locais e, naturalmente, para o território (Biosphere Portugal, 2023).

1- Apresentação de Resultados Globais

Tal como foi referido anteriormente, neste ponto serão observados os resultados da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal.

Esta análise foi efetuada através da aferição do valor médio alcançado pelos oito subterritórios, assumindo-se este produto como o grau de cumprimento dos requisitos do Referencial *Biosphere Destination* para a NUT II - Centro.

São expostos em seguida estes resultados.

Como grandes conclusões, foi possível destacar alguns pontos fortes e algumas oportunidades de melhoria.

Relativamente aos pontos fortes observados, é de salientar o forte alinhamento com as boas práticas de sustentabilidade realizado pelo Destino; a valorização da acessibilidade universal em todos os elos da cadeia de valor turística; a correta planificação estratégica que favorece a sustentabilidade e a conservação do património natural e cultural; o forte envolvimento em campanhas e iniciativas com fins sociais; a implementação de programas de mobilidade sustentável no e para o território, incluindo transporte público e sistemas de mobilidade alternativos zero ou de baixas emissões; a existência de uma estrutura de apoio à monitorização de indicadores de turismo sustentável; a forte sensibilidade para a importância da redução da pegada de carbono no território; a diversidade da oferta de produtos e atividades turísticas sustentadas no património cultural e a boa preparação do território em matéria de estudos para as alterações climáticas (Biosphere Portugal, 2023)

Como oportunidades de melhoria foram evidenciadas a criação de políticas ou práticas consolidadas que evitem qualquer tipo de exploração no setor turístico do território; a melhoria dos hábitos de vida para um estilo mais saudável; a minimização dos consumos exógenos e a geração de resíduos; a mitigação da concentração de visitantes de forma a que o desenvolvimento turístico não incida negativamente na vida da comunidade local; a adaptação da governança para um modelo mais participativo e colaborativo; o incentivo na

aposta das compras sustentáveis, de baixa intensidade carbónica e de base local; uma colaboração estreita entre o Destino e as regiões emissoras de turistas em torno dos critérios de sustentabilidade; um maior envolvimento com operadores turísticos que disponham de produtos sustentáveis e exijam sustentabilidade nas comunidades recetoras; a criação de requisitos para o desenvolvimento de eventos sustentáveis e a mobilização para a monitorização de indicadores de desenvolvimento/turismo sustentável (Biosphere Portugal, 2023).

A observação feita demonstra uma aposta e um alinhamento claro da região Centro de Portugal com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Contudo, verificam-se algumas disparidades que importa, agora, uniformizar.

Ao nível da Governança e Economia, é de salientar a necessidade iminente do fomento de um modelo de governança mais participativo, bem como o estímulo da aquisição de produtos de base local/regional, a disseminação de boas práticas e o encorajamento ao combate ao desperdício alimentar no território. A procura de uma maior eficiência coletiva inter e intra regional deve igualmente ser vertida para a nova fase de programação, prioritariamente nas iniciativas que visem a atração de pessoas e o combate ao abandono do interior e a sazonalidade. A fim de criar trabalho digno e crescimento económico no setor turístico, é necessária a implementação de medidas que combatam a discriminação, valorizem os direitos laborais e a integração de grupos menos favorecidos. Ainda nesta área, é importante encorajar a criação de modelos de gestão inteligentes, de modo a assegurar o acesso a infraestruturas e atrações geradas pelo turismo, bem como a colaboração com instituições que favoreçam a inovação e o desenvolvimento sustentável (Biosphere Portugal, 2023).

Relativamente à dimensão Sociocultural, é de destacar a necessidade de se dever ambicionar uma maior integração social, através de uma maior integração das comunidades locais, bem como a promoção de uma educação de qualidade e inclusiva e de um estilo de vida saudável. Importa também incentivar uma maior confiabilidade e transparência das organizações institucionais e do sistema de governança (Biosphere Portugal, 2023).

Por fim, no domínio do Ambiente e Alterações Climáticas, salienta-se a necessidade de ação efetiva e de dar mais visibilidade às ações e/ou programas associados ao ambiente e à transição climática, tais como os programas de controlo periódico das massas de água, os de mitigação, redução e/ou compensação da pegada de carbono no território, bem como a gestão eficiente da energia. Importa ainda acautelar o uso sustentável dos recursos piscícolas e marinhos, a mobilidade sustentável no território, a dinamização de campanhas de sensibilização no âmbito da gestão de recursos, a maximização do consumo endógeno, e o reforço das práticas de economia circular (Biosphere Portugal, 2023).

Assim, com o diagnóstico foi possível perceber que já há uma grande aposta por parte da Região no Turismo Sustentável e que existe um claro alinhamento no cumprimento macro dos ODS's. Contudo, é possível verificar-se certas disparidades entre as oito NUT's III que necessitam ser moderadas, tais como a necessidade de maior integração social, através de um maior envolvimento da comunidade local; a dificuldade de afetar positivamente a cadeia de valor; o aumento de oportunidades de emprego mais qualificado; a aposta na transmissão do património cultural imaterial e a sua incorporação na atividade turística e o desenvolvimento de campanhas e garantias de igualdade de oportunidades de toda a população. Também é necessário conceder maior visibilidade a ações mais relacionadas com o contexto ambiental, tais como programas de medição, redução e/ou compensação da pegada de carbono no território e a mobilidade sustentável. No que diz respeito à sustentabilidade económica, evidencia-se a clara necessidade de arriscar na dinamização de atividades turísticas mais inteligentes, ágeis e responsáveis no uso dos recursos, na economia azul e na maior valorização do rural (Biosphere Portugal, 2023).

Nesse sentido, apostar numa região que realmente funcione em rede, deverá trazer para o núcleo de atenção e ação o desenvolvimento socioeconómico.

Para se atingir esse objetivo é essencial a construção de um modelo de consulta e apoio às comunidades locais. Já existem inúmeros grupos formais alicerçados nas comunidades intermunicipais e nas redes que se dispõem a contribuir para o desenvolvimento de um modelo mais coeso e integrador do Destino Centro. Este modelo beneficiará diretamente a

recolha de dados no momento certo e a entrega de informação que possibilitará uma melhor decisão, gestão e o aumento de experiências autênticas e de valor acrescentado para os visitantes (Biosphere Portugal, 2023).

Contudo, diversos grupos representantes das comunidades, enquanto extraordinariamente conhecedores sobre as suas próprias localidades, detêm conhecimentos fracionados do património, atividades, histórias e atrações fora de seu próprio “lugar”. O fortalecimento da identidade Centro, onde as comunidades se sentem parte de um ‘todo maior’, acolhendo e direcionando visitantes dentro da região, será basilar para a afirmação do Centro como Destino sustentável. Desta forma, importa ativar as redes locais e regionais, cuidadas e mantidas com respeito pelos princípios da sustentabilidade e comprometimento conjunto de envolvimento ativo no programa de ação (Biosphere Portugal, 2023).

Logo, consolidado na rede de atores regionais e em sede de plano de ação para a sustentabilidade deverão ser integradas estratégias, programas e ações que deem resposta prioritária, objetiva e clara aos ODS’s 2 (Erradicar a fome), 11 (Cidades e comunidades Sustentáveis), 12 (Produção e consumos sustentáveis), 13 (Ação climática) e 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) (Biosphere Portugal, 2023).

CAPÍTULO 5- PLANO DE AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

23-30

Neste capítulo é apresentada a proposta de Plano de Ação para o Sustentabilidade no Turismo Centro para o horizonte temporal 23-30, que visa dar apoio à visão da Turismo do Centro e que possibilitará o reforço, em todo o território, das suas boas práticas de sustentabilidade no planeamento e gestão do destino turístico, na geração de eficiência coletiva, na gestão de recursos e pessoas e no alinhamento com as orientações internacionais e nacionais principais. Este plano teve como inspiração o Plano Turismo + Sustentável 20-23 e a Estratégia Turismo 20-27, sustentando-se em três grandes áreas de intervenção, seis drivers estratégicos, estruturados por quatorze linhas de ação estratégicas específicas (Biosphere Portugal, 2023).

Figura 17- Racional Estratégico do Plano de Ação para a Sustentabilidade Centro 23-30

Racional Estratégico

Área de Economia e Governança

1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA

1.1.1 (12) Planeamento estratégico e governança

1.1.2 (3) Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais

1.1.3 (4) Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade

1.1.4 (1) Infraestruturas físicas e tecnológicas

1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL

1.2.1 (3) Políticas de emprego e igualdade

1.2.2 (4) Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade

Área de Sociedade e Cultura

2.1 PESSOAS E COMUNIDADES

2.1.1 (2) Acessibilidade e Inclusão Social

2.1.2 (3) Saúde e Segurança

2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO

2.2.1 (0) Preservação e valorização dos recursos culturais (materiais e imateriais)

Ambiente e Alterações Climáticas

3.1 RECURSOS NATURAIS

3.1.1 (1) Sensibilização para boas práticas de gestão de água

3.1.2 (3) Preservação e valorização dos recursos naturais

3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

3.2.1 (1) Sensibilização para boas práticas de gestão de energia

3.2.2 (0) Combate às alterações climáticas

3.2.3 (1) Sensibilização para boas práticas de gestão de resíduos

Fonte- Projeto Centro Sustentável

Figura 18- Número de iniciativas dentro de cada programa.



Fonte- Projeto Centro Sustentável

Está prevista a interação entre as dimensões indústria, comunidades, turistas e cultura e o seu efeito coletivo sobre os recursos naturais, devidamente monitorizados por um modelo de governança atento, integrador, mas nem por isso menos ágil.

Na atualidade, o turismo mantém-se como uma das principais indústrias da região e, como tal, o plano considera as tendências emergentes e as oportunidades de desenvolvimento para todo o território Centro de Portugal, face à situação inicial identificada no diagnóstico de sustentabilidade. Assim, a Biosphere Portugal acredita que este documento estratégico pode tornar-se um desbloqueador do potencial turístico de alguns pontos do Destino Centro e que este instrumento estratégico surja como uma oportunidade para a região Centro conduzir alterações catalisadoras (Biosphere Portugal, 2023).

Consequentemente, devem ser tomados em consideração os programas transversais propostos, que têm em vista a otimização e proveitos de eficiência coletiva na operacionalização e na comunicação/promoção do Plano de Ação de Sustentabilidade Centro 23-30. Estes programas transversais agregam um conjunto de iniciativas a executar em momentos díspares, de acordo com as prioridades estipuladas, e que resumem o Plano de

Ação. (Biosphere Portugal, 2023).

Figura 19- Programas transversais do Plano de Ação



Fonte- Projeto Centro Sustentável

O propósito do desenvolvimento e investimento da proposta de sustentabilidade prende-se com a necessidade de maximização do potencial do turismo de forma a potenciar o desenvolvimento económico-social regional, enquadrando-se na forte necessidade de estimular o desenvolvimento rural através do turismo. Desta forma, este Plano de Ação define também uma estrutura de programas que pode direcionar ao fomento de um emprego mais qualificado e com melhores condições; ao apoio a comunidades mais sustentáveis; à maximização do potencial do turismo rural, de natureza e lazer e ao incentivo da criatividade e da cultura e à melhoria das infraestruturas e conectividade regional (Biosphere Portugal, 2023).

Nesse sentido, este projeto apresenta uma estrutura de desenvolvimento de escala e uma estratégia coordenada, de forma a tornar o desenvolvimento sustentável, coeso e integrador do Centro de Portugal como um destino atraente e líder europeu (Biosphere Portugal, 2023).

Desta forma, o Plano de Ação para a Sustentabilidade irá servir como um guia para investimentos futuros, sendo que todos eles devem estar de acordo com as propostas centrais. Em adição, combinará o efeito potenciador do desenvolvimento económico-social, tirando os melhores proveitos dos recursos culturais e naturais, de uma forma sustentável (Biosphere Portugal, 2023).

Em adição, foram tidos em consideração programas transversais, cujo intuito se prende com a otimização e ganhos de eficiência coletiva na execução e comunicação/promoção do Plano. Estes programas transversais estão integrados num grupo de iniciativas a concretizar em momentos distintos no tempo, de acordo com as prioridades que vierem a ser assumidas pela Entidade Regional de Turismo, e que sumarizam o Plano de Ação para a Sustentabilidade no Turismo Centro de Portugal 23-30 (Biosphere Portugal, 2023).

O mapa das iniciativas propostas está estruturado de acordo com as áreas temáticas, os *drivers* de ação e linhas de ação estratégicas específicas que foram descritos detalhadamente anteriormente, e serão apresentadas em seguida (Biosphere Portugal, 2023).

Tabela 9- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo
Centro de Portugal- Programa Destino Autêntico

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
<i>1</i>	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Autêntico	1.1.1.6	Criação e promoção de programas turísticos regionais 100% responsáveis
<i>1</i>	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Autêntico	1.1.1.12	Criação de Plano de Marketing Responsável
<i>1</i>	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.3	14. Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade	Destino Autêntico	1.1.3.2	Criação de modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis
<i>1</i>	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.1	1. Políticas de emprego e igualdade	Destino Autêntico	1.2.1.3	Criação de Programa Regional de Valorização do Saber Fazer

Tabela 9- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Autêntico CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.2	13. Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade	Destino Autêntico	1.2.2.2	Dinamização do Programa Consume Local para o consumo de produtos locais e regionais
2	Sociedade e Cultura	2.1	Pessoas e Comunidades	2.1.2	11. Saúde e Segurança	Destino Autêntico	2.1.2.2	Criação de Programa de eventos de turismo de natureza, em rede entre os 8 sub-territórios, que se realize ao longo do ano

Fonte: Projeto Centro Sustentável

O programa Destino Autêntico conta com seis propostas de ações a implementar, que têm como objetivo a preservação e divulgação da identidade e tradições do território.

Nesse sentido, são propostas medidas que visam ao estímulo do consumo local e à transmissão dos costumes locais na confeção das receitas identitárias das regiões, não só de forma a fomentar e valorizar o saber fazer, mas também para que as próprias receitas não se percam. É ainda tida em conta a influência que a sazonalidade tem nesta região. Assim, a dinamização de eventos de natureza é pensada como uma solução para esta problemática, uma vez que permite dar a conhecer a beleza natural do território, que pode ser usufruída durante todo o ano, aumentando assim a atratividade e procura desta região.

Concluindo, este programa é o “chapéu” que engloba todas as medidas que visam dar a conhecer o que de melhor a região tem e o que a torna única e inigualável.

Tabela 10- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo
Centro de Portugal- Programa Destino Capacitado

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Capacitado	1.1.1.8	Criação de campanha regional de comunicação para a necessidade de proteção dos ecossistemas sensíveis de uso turístico, nomeadamente os que estejam relacionados com a água, os rios e a orla costeira
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.2	8. Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais	Destino Capacitado	1.1.2.3	Dinamização do Programa Escolas Sustentáveis
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.3	14. Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade	Destino Capacitado	1.1.3.3	Articulação com o Sistema de ensino secundário, profissional e superior para integração de programa piloto de alavancagem de <i>soft skills</i> para a sustentabilidade

Tabela 10- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Capacitado CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
2	Sociedade e Cultura	2.1	Pessoas e Comunidades	2.1.2	11. Saúde e Segurança	Destino Capacitado	2.1.2.3	Campanha de sensibilização para a adaptação do Guia de Requisitos Sustentáveis para eventos, feiras e mercados
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.1	Recursos Naturais	3.1.1	5. Sensibilização para boas práticas de gestão de água	Destino Capacitado	3.1.1.1	Desenvolvimento de ações de sensibilização para o consumo e desperdício de água, dirigidas à comunidade local, aos agentes turísticos e aos visitantes
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.2	Alterações Climáticas	3.2.1	3. Sensibilização para boas práticas de gestão de energia	Destino Capacitado	3.2.1.1	Promoção e divulgação da Rota da Energia

Fonte: Projeto Centro Sustentável

O programa Destino Capacitado conta também com seis propostas de ações a implementar, que têm como foco a capacitação e sensibilização do território.

Neste programa foram englobadas todas as ações cujo intuito se prendia com a transmissão de conhecimentos ou consciencialização de alguma temática, como é o caso da consciencialização para a proteção dos ecossistemas, a proteção da orla costeira e marinha, a

valorização das *softs skills*, a diminuição do consumo de água e energia.

Assim, com estas ações pretende-se a realização de campanhas, ações de formação e workshops que visem à elucidação dos residentes e turistas para estas temáticas.

Tabela 11- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Coeso, integrador e inclusivo

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
<i>I</i>	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.1.1.3	Criação do Selo "Centro Sustentável", respetivo modelo de governança e requisitos de operacionalização (para a oferta, produtos...)
<i>I</i>	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.1.1.9	Criação de Grupo de Trabalho interno para a gestão e planeamento da sustentabilidade no território (com responsabilidade ao nível da estratégia, planeamento, marketing e monitorização).

Tabela 11- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo
Centro de Portugal- Programa Destino Coeso, integrador e inclusivo CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.2	8. Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.1.2.1	Integração em Redes Nacionais e Internacionais de Turismo Sustentável
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.3	14. Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.1.3.1	Adaptação do website institucional 100% acessível
1	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.1	1. Políticas de emprego e igualdade	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.2.1.1	Dinamização do Programa de Igualdade no Turismo
1	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.1	1. Políticas de emprego e igualdade	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.2.1.2	Criação de programa piloto de atração e retenção de pessoas e talentos

Tabela 11- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Coeso, integrador e inclusivo CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.2	13. Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.2.2.3	Promoção do roteiro regional para a sustentabilidade, orientado para os diversos elementos da cadeia de valor do turismo (alojamento, restauração, animação turística, transportes)
1	Governança e Economia	1.2	Economia Regional e Local	1.2.2	13. Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade	Destino Coeso, integrador e inclusivo	1.2.2.4	Criação e implementação de guia de sustentabilidade para a realização de eventos, feiras, mercados e outros eventos regionais

Tabela 11- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Coeso, integrador e inclusivo CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
2	Sociedade e Cultura	2.1	Pessoas e Comunidades	2.1.1	2. Acessibilidade e Inclusão Social	Destino Coeso, integrador e inclusivo	2.1.1.1	Criação de programa <i>Sustainable Lifestyle</i>
2	Sociedade e Cultura	2.1	Pessoas e Comunidades	2.1.1	2. Acessibilidade e Inclusão Social	Destino Coeso, integrador e inclusivo	2.1.1.2	Monitorização das condições de acessibilidade dos locais turísticos no território
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.2	Alterações Climáticas	3.2.2	7. Sensibilização para boas práticas de gestão de resíduos	Destino Coeso, integrador e inclusivo	3.2.2.1	Dinamização do Programa de Combate ao Desperdício Alimentar na Região Centro

Fonte: Projeto Centro Sustentável

O programa Destino Coeso, integrador e inclusivo é o programa que integra o maior número de propostas de ações a implementar, contando com onze propostas cujas ambições se focam na implementação de medidas que pretendem tornar as instituições e empresas público-privadas mais transparentes, humanas e inclusivas.

Dessa forma, são propostas medidas que visam a criação de grupos de trabalho interno dentro

de cada órgão de governação, de forma a trabalharem em maior detalhe a sustentabilidade, inclusão e integração no território. Espera-se também que estes órgãos sejam transparentes e transmitam confiança e cuidado aos demais. Estes devem ter presentes preocupações como a acessibilidade de todos a todas as atividades e locais turísticos, bem como se estas atividades e eventos são realizadas com uma base sustentável.

Em suma, o grande propósito deste programa é englobar todas as propostas relativas à transparência das instituições e órgão de poder decisivo e a consciencialização destes para as temáticas da sustentabilidade, em particular para a inclusão e igualdade.

Tabela 12- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Green & Blue

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Green & Blue	1.1.1.1	Divulgação do programa AQUA + Hotéis
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Green & Blue	1.1.1.4	Criação de campanha regional para a eliminação do plástico no setor

Tabela 12- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Green & Blue CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Green & Blue	1.1.1.5	Criação de pacto regional para a circularidade no Turismo do Centro
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.1	Recursos Naturais	3.1.2	10. Preservação e valorização dos recursos naturais	Destino Green & Blue	3.1.2.1	Campanha Chefs Inovadores e Sustentáveis
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.1	Recursos Naturais	3.1.2	10. Preservação e valorização dos recursos naturais	Destino Green & Blue	3.1.2.2	Criação do Programa Corredores Verdes do Centro
3	Ambiente e Alterações Climáticas	3.1	Recursos Naturais	3.1.2	10. Preservação e valorização dos recursos naturais	Destino Green & Blue	3.1.2.3	Divulgação do programa de Serviços do Ecossistema das CIM

Fonte: Projeto Centro Sustentável

O programa Destino Green & Blue conta com seis propostas de ações a implementar, que têm como objetivo a preservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos.

Nesse âmbito, foram concebidas propostas capazes de capacitar o setor turístico de melhores hábitos, de forma a não impactarem tão negativamente o meio ambiente. Foi nesse sentido que surgiram propostas que incentivam à economia circular no setor, ao reaproveitamento do desperdício, à eliminação do plástico e à criação de corredores verdes nos meios urbanos.

Concluindo, este programa integra todas as propostas relacionadas com a proteção do meio ambiente.

Tabela 13- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Inteligente

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Inteligente	1.1.1.2	Implementação de um sistema piloto de definição/gestão da capacidade de carga nos principais pontos turísticos

Tabela 13- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Inteligente CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Inteligente	1.1.1.7	Implementação de um programa de medição e monitorização da pegada de carbono do Destino, que identifique metas e medidas para a sua redução e compensação
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Inteligente	1.1.1.10	Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.1	6. Planeamento estratégico e governança	Destino Inteligente	1.1.1.11	Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino

Tabela 13- Plano de ação para a sustentabilidade 23-30 da Entidade Regional do Turismo Centro de Portugal- Programa Destino Inteligente CONT.

<i>Nº</i>	<i>ÁREA</i>	<i>Nº</i>	<i>DRIVER</i>	<i>Nº</i>	<i>LAEE's</i>	<i>PROGRAMA</i>	<i>Nº</i>	<i>PROPOSTAS DE AÇÕES</i>
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.2	8. Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais	Destino Inteligente	1.1.2.2	Manutenção da plataforma Biosphere Sustainable Lifestyle, de acesso gratuito a empresas e outras entidades da Região Centro
1	Governança e Economia	1.1	Território e Governança	1.1.4	12. Infraestruturas físicas e tecnológicas	Destino Inteligente	1.1.4.1	Desenvolvimento de passaporte digital, para cálculo da pegada ambiental, social e cultural gerada pelo visitante, dando sugestões de melhoria e/ou sugestões de ações de compensação
2	Sociedade e Cultura	2.1	Pessoas e Comunidades	2.1.2	11. Saúde e Segurança	Destino Inteligente	2.1.2.1	Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino

Fonte: Projeto Centro Sustentável

Por fim, o programa Destino Inteligente conta com sete propostas de ações a implementar, que propõem o melhor uso das novas tecnologias e da inovação, de forma a se atuar melhor no território.

As novas tecnologias aliadas à inovação permitem a realização de uma melhor gestão da capacidade de carga do destino turístico, um melhor controlo da pegada de carbono e a realização de relatórios frequentes com indicadores relacionados com a sustentabilidade, de forma que os decisores tenham sempre informação atualizada de modo a saberem como melhor atuarem no território.

Concluindo, este programa engloba todas as propostas cujo objetivo se prende com a maior aproximação da sustentabilidade e inovação das comunidades e infraestruturas.

1- Resultados e benefícios esperados

Dentro dos resultados e benefícios esperados com a implementação do Plano de Ação para a Sustentabilidade no Turismo Centro 23-30 pode-se destacar a redução da sazonalidade; o crescimento das economias locais, através da criação de novas empresas e postos de trabalho, assim como fortalecimento das empresas existentes [não apenas do setor do turismo, mas todas as que integram a cadeia de valor]; uma maior e melhor consciência das condições ‘especiais’ do meio ambiente e natureza e maior proteção da qualidade ambiental; uma melhor difusão regional do turismo; uma base sólida de reforço da marca Centro, estabelecendo o território como um destino turístico ainda mais atrativo, tanto para os visitantes nacionais como estrangeiros; uma abordagem mais coordenada para o desenvolvimento do turismo ao longo da região Centro e maior vitalidade das comunidades locais (Biosphere Portugal, 2023).

2- Modelo de implementação e monitorização

Relativamente à implementação e monitorização do Plano e dado o horizonte temporal e a larga escala territorial da intervenção, é aconselhada uma estrutura estratégica de governança ágil, que antecipe a monitorização por parte de um grupo de trabalho da TCP, Observatório e elementos das CIM (Biosphere Portugal, 2023).

Neste sentido, apesar de existirem programas e ações que cooperam no sentido do Turismo Sustentável, deverá ser liderado pela TCP a pilotagem da estratégia e alavancagem do território, posicionando o mesmo como um destino coeso, característico pela oferta de atividades turísticas transversais sustentáveis, de seguimento ao longo do território, respeitadoras das pessoas e recursos, introduzidas num estilo de vida sustentável (Biosphere Portugal, 2023).

Para cada uma das três áreas temáticas (Economia e Governança; Sociedade e Cultura; Ambiente e Alterações Climáticas) deverão ser compostos grupos regionais de acompanhamento específico, com representantes de *stakeholders* pertinentes para cada temática, do sistema associativo, público e empresarial (Biosphere Portugal, 2023).

O Plano de Ação delineado a sete anos é eleito para encaminhar a implementação da estratégia, pelo que na etapa seguinte se recomenda a auscultação de todas as partes interessadas, de forma a serem definidas as prioridades no tempo, de acordo com as particularidades de cada subterritório, assim como a reconição de parâmetros de desempenho tangíveis (KPI's) (Biosphere Portugal, 2023).

São aconselhadas reuniões de monitorização com cadência de pelo menos seis meses, de forma a serem analisadas as realizações face aos objetivos, novos desafios ou mudanças que devam ser ponderadas (Biosphere Portugal, 2023).

De modo a garantir-se o sucesso da aplicação do Plano, existe um conjunto de princípios orientadores chave, sendo estes o respeito pelos princípios do Turismo Responsável, incluindo a consulta às partes interessadas a nível local e intermunicipal, acautelando assim

a defesa do desígnio do Centro de Portugal como melhor Destino para viver, trabalhar e visitar; a observação, no contexto da estratégia de sustentabilidade global para o território, de todas as propostas de novos programas, projetos ou iniciativas para o Turismo do Centro ou promovidos pela TCP e CIM's; a adesão a requisitos social e ambientalmente responsáveis por parte de todos os programas, projetos ou iniciativas, quer estejam em fase de programação quer de operacionalização; o respeito, por parte de todos os programas, projetos ou iniciativas, do modelo de Comunicação Responsável, alinhado com os objetivos mais amplos do plano e a agregação de valor ao Centro como um Destino turístico único e que ofereça uma ligação operacional a mais do que um dos eixos da sustentabilidade como meta principal de todos os programas, projetos ou iniciativas (Biosphere Portugal, 2023).

Conclusões

Neste capítulo são expostas as conclusões da investigação empírica em estudo neste projeto de mestrado, tendo em consideração os objetivos e as questões da investigação.

Tal como foi explanado no enquadramento, o projeto Centro Sustentável tem como principais objetivos a maximização do potencial do turismo, de forma a apoiar o desenvolvimento económico, social e regional; a condução de mudanças catalisadoras; o impulso do desenvolvimento rural através do turismo; a maximização do potencial do turismo rural, de natureza e lazer; o apoio a comunidades mais sustentáveis; o alinhamento com as principais orientações nacionais e internacionais; o fomento da cultura e criatividade e a melhoria das infraestruturas e conectividade regional. Em suma, pretende funcionar como desbloqueador do potencial turístico de alguns pontos do destino Centro de Portugal, fazendo da sustentabilidade a estratégia.

Assim, é possível perceber que este projeto está alinhado com as novas tendências e mudanças necessárias no setor que foram observadas na revisão da literatura.

Primeiramente, o projeto é baseado na ótica de tripla rentabilidade, ou seja, baseia-se nos três pilares da sustentabilidade e fornece soluções para estas três vertentes, ou seja, social, económica e ambiental, visto que não existe sustentabilidade se uma destas vertentes não for acautelada.

Tal como Koens, Postma, & Papp (2018) afirmavam ser necessário, o documento estratégico apresentado acautela o crescimento planeado na atividade turística, através de medidas como a monitorização da gestão da capacidade de carga e a consciencialização para a correta expansão territorial, de forma a não colocar em causa os territórios limítrofes, uma vez que este é essencial para a preservação dos recursos naturais e o próprio bem-estar humano a longo prazo das comunidades que são diretamente afetadas por este setor.

Por outro lado, o projeto vem dar força à ambição da concretização dos dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 20-30, uma vez que a base do trabalho se fundamenta nestes

mesmos, isto é, os ODS's são usados como indicadores base para a conceção das medidas a implementar no território. Isto demonstra o carácter inovador do projeto, bem como o seu alinhamento com as tendências atuais do setor.

O projeto teve ainda uma enorme consideração no vasto território em que vai ser implementado e nas grandes disparidades da região. Isto pode ser observado ao comparar-se o enquadramento turístico da região Centro e as propostas realizadas uma vez que se prevê um grande crescimento turístico na região e o plano de ação prevê uma melhor gestão da capacidade turística e a criação de uma oferta turística mais diversa e não sazonal, de forma a tornar a região atrativa durante todo o ano e combater a sazonalidade e o *overtourism*. Em adição, também é proposta a melhor adaptação e acessibilidade de todos os elementos da cadeia de valor turística, isto é, hotéis, museus, atrativos turísticos, etc. de forma que o crescimento turístico acompanhe as necessidades de todos e possibilite o seu usufruto a todos.

Por fim, tal como foi referido anteriormente, no enquadramento turístico da região do Centro de Portugal, o Selo Clean & Safe veio trazer uma nova sensação de segurança aos turistas, uma vez que a nova preocupação dos mesmos passou a ser a segurança e proteção. Nesse sentido, a certificação Biosphere tem o mesmo efeito, não só porque é reconhecida pelo GSTC, mas porque zela pelo bem-estar não só do território, mas também das suas comunidades e visitantes, o que proporciona uma sensação de segurança por parte de quem visita um território certificado.

1. Implicações

Os principais elementos do projeto, isto é, o Diagnóstico e o Plano de Ação podem ter grandes implicações, principalmente para a ciência, para a gestão e para as políticas públicas.

1.1 Implicações para a ciência

No que diz respeito a implicações que estes dois elementos têm para a ciência, é possível concluir que são uma mais-valia para a revisão literária dentro da temática da sustentabilidade, uma vez que fazem uma recolha inovadora de informação relativa aos três

pilares da sustentabilidade, económico, cultural e ambiental, e conseqüentemente propõem soluções para as dificuldades destacadas num território vasto, caracterizado pela sua heterogeneidade. Assim, este projeto veio permitir a homogeneização do território e a sua orientação para um futuro mais sustentável, o que serve como caso prático de tudo o que foi elencado na revisão literária e que deve ser tido em conta futuramente em matérias de sustentabilidade.

1.2 Implicações para a gestão

Já a nível das implicações que estes elementos possam ter para a gestão, o Plano de Ação defende o crescimento das economias locais através da criação de novas empresas e postos de trabalho, assim como o fortalecimento das empresas existentes, não apenas no setor do turismo, mas todas as que integram a cadeia de valor; bem como uma base sólida de reforço da marca Centro e identidade regional, estabelecendo o território como um destino turístico ainda mais atrativo, tanto para os residentes e visitantes nacionais como estrangeiros; a criação de empresas mais resilientes; o estímulo de oportunidades para a região e o fomento de um emprego de maior qualidade.

Tudo isto foi percecionado como uma necessidade do território através da aplicação do Diagnóstico. O Plano de Ação vem, conseqüentemente, incitar à melhoria da performance do Destino em termos de atratividade das empresas publicas ou privadas do Centro de Portugal.

1.3 Implicações para as políticas públicas

Relativamente a implicações para as políticas públicas, estes documentos estratégicos trazem diversos benefícios para as entidades públicas uma vez que permitem uma abordagem mais coordenada para o desenvolvimento do turismo ao longo da região Centro; promovem as interações entre as dimensões visitantes, indústria, comunidade e cultura e o seu impacto coletivo sobre os seus recursos naturais devidamente acompanhados por um modelo de governança integrador, atento, mas nem por isso menos frágil; traz uma maior e melhor consciência das condições “especiais” do meio ambiente e natureza e maior proteção da

qualidade ambiental e permitem uma melhor difusão regional do turismo, minimizando a sazonalidade e contribuindo para uma maior vitalidade das comunidades locais.

2. Limitações do estudo

Com a conclusão deste projeto de investigação, é possível reconhecer limitações que enuncio para estudos futuros, nomeadamente:

- Uma vez que se trata de uma região tão vasta, a representatividade dos dados obtidos é de extrema importância. Assim, em próximos estudos deverá haver uma recolha de informação mais abrangente, com respostas dos vários *stakeholders*, residentes e turistas, de forma a se conseguir auscultar todas as partes interessadas para a boa execução de estudos como este.
- Simultaneamente, o período temporal em que as investigações decorrem são fulcrais. Um período lato pode afetar o bom funcionamento da investigação. Assim, de forma a rentabilizar-se o trabalho para projetos futuros, seria interessante explorar outras formas de recolha de informação de forma a economizar-se tempo, tais como a aplicação de questionários presenciais aos turistas ou residentes; a realização de entrevistas exploratórias a empresários ou a realização de focus group a residentes e turistas, de forma que se consigam dados de uma forma mais rápida e eficaz.

3. Perspetivas de investigação futura

O estudo que foi feito para enquadrar o projeto Centro sustentável não se esgota neste projeto, poderá suportar e dar seguimento a estudos futuros sobre a sustentabilidade dos destinos turísticos.

Assim, uma vez que a finalidade desta investigação se prende em observar o nível de alinhamento de um Destino com grandes linhas estratégicas que possuem as melhores práticas dos moldes do Turismo Sustentável, é recomendado que em investigações futuras sejam tidas em conta as limitações acima apresentadas.

Consequentemente, a relevância da aplicação periódica de estudos como este no território é

extrema, uma vez que estes permitem a obtenção de dados atualizados que apoiem nas decisões relevantes a nível turístico.

Finalmente, é de extrema relevância que este tipo de estudo seja aplicado, não só às restantes regiões, de forma que haja uma noção do contexto do território nacional em matérias de sustentabilidade, mas também a outras dimensões, como o caso dos *stakeholders*, dos turistas e residentes. Isto é, estender-se investigações como esta para a camada trabalhadora, residencial e turística do território é fulcral, de forma a se observarem os comportamentos de sustentabilidade destes, através de inquéritos por exemplo, para que se consiga perceber se estes também praticam bons comportamentos, uma vez que é necessário que todas as dimensões estejam a caminhar no sentido da sustentabilidade para que haja uma diferença.

Bibliografia

- Aall, C. (2014). Sustainable tourism in practice: Promoting or perverting the quest for a sustainable development? *Sustainability (Switzerland)*, 6(5), 2562-2583.
- Almeida, M. E. (2021). *Estudo dos impactos do turismo no concelho de Vouzela, integrado na atribuição da certificação "Biosphere Responsible Tourism"*. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu.
- Baidal, I. (2001). *Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: Propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)*. Universidad de Alicante, Instituto Universitario de Geografía. Alicante: Universidad de Alicante.
- Berglund, T. G. (2014). The implementation of education for sustainable development in Sweden. *Investigating the sustainability consciousness among upper secondary students*, 32, pp. 318-339.
- Biosphere Certification. (2023, janeiro 29). Retrieved from Biosphere Certification: <https://www.biospheretourism.com/en/biosphere-certification/83>
- Biosphere Portugal. (2023). *Projeto Centro Sustentável*. Viseu.
- Biosphere Tourism. (2023, fevereiro 3). Retrieved from Biosphere Tourism: <https://www.biospheretourism.com/en/biosphere-responds-to-the-challenges-of-horizon-2030/79>
- Blancas, F. J.O. (2010). The assessment of sustainable tourism: Application to Spanish coastal destinations. . *Ecological indicators*, pp. 484–492.
- Bojö, J. M.G. (2013). Environment and development: An economic approach. *Springer Science & Business Media*, 6.
- Boluk, K. A., Cavaliere, C. T., & Higgins-Desbiolles, F. (2019). A critical framework for interrogating the United Nations Sustainable Development Goals 2030 Agenda in tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(7), 847-864.
- Brida, J. G., Osti, L., & Faccioli, M. (2011). Residents' perception and attitudes towards tourism impacts. *Benchmarking: an international journal*.

- Buarque, S. (2004). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Butler, R. W. (1999). Sustainable tourism: A state-of-the-art review. *Tourism Geographies*, 1(1), 7-25.
- Cardoso. (2002). Turismo, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em áreas rurais. *Observatorio Medioambiental*, 21-45.
- Cardoso, A. M. (2002). Turismo, Ambiente e Desenvolvimento. Sustentável em áreas rurais. *Observatorio Medioambiental*, pp. 21-45.
- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, 27(6), 1274-1289.
- Correia, C. (2020). *Repositório Digital de Publicações Científicas: Turismo cultural no centro histórico da cidade de Évora: Satisfação e atitudes dos residentes*. Évora.
- EUROSTAT. (2021). *Principales constatations - Indicateurs de développement durable*.
- Eusébio, C. &. (2012a). Impactes sócio-culturais do turismo em destinos urbanos. *Revista portuguesa de estudos regionais*,, 65-75.
- Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2012b). *Impactos socioculturais do turismo em destinos urbanos*.
- Falcão, M. C. (2012). Análise da sustentabilidade de destinos turísticos: Uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da sustentabilidade. (U. d. Itajaí, Ed.) *Turismo - Visão e Ação*, 14(3), 304-321.
- García, M. A., & Crispín, A. S. (2011). *Evaluación del potencial ecoturístico en áreas naturales protegidas del municipio de Santa María Huatulco*. México.
- Giddings, B. H. (2002). Environment, economy and society: Fitting them together into sustainable development. *Sustainable Development*, p. 10 .
- Gil, C. G. (2017). Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS): Una Revisión Crítica. In *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global* (pp. 107-118).
- Gomez, P. R. (1996). Visual representation of the speech trace using neural networks. *International Symposium on Circuits and Systems. Circuits and Systems Connecting the World*, (pp. 586-589).

- Gursoy, D., & Nunkoo, R. (2019). *The routledge handbook of tourism impacts: Theoretical and applied perspectives*. Routledge.
- Hak, T., Kovanda, J., & Weinzettel, J. (2012). A method to assess the relevance of sustainability indicators: Application to the indicator set of the Czech Republic's sustainable development strategy. *Ecological Indicators, 17*, 46-57.
- Hall, C. (2010). Changing paradigms and global change: From sustainable to steady-state tourism. *Tourism Recreation Research, 35*(2), 131-143.
- Hall, C. (2019). Constructing sustainable tourism development: The 2030 agenda and the managerial ecology of sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 1-17.
- Haralambopoulos, N., & Pizam, A. (1996). Perceived impacts of tourism: The case of Samos. *Annals of tourism Research, 23*(3), 503-526.
- Haubrich, H. (2007). Geography education for sustainable development. *Geographical Views on Education for Sustainable Development*. Switzerland: Lucerne-Symposium.
- Helgadóttir, E. B. (2019). Social sustainability of tourism in Iceland: A qualitative inquiry. *Journal of Hospitality, 4-10*.
- INE. (2001). *Instituto Nacional de Estatística*.
- INE. (2023, janeiro 19). *Instituto Nacional de Estatística*.
- Jackson, L. A. (2008). Residents' perceptions of the impacts of special event tourism. *Journal of Place Management and development, 1*(3), 240-255.
- Klopp, J. M., & Petretta, D. L. (2017). The urban sustainable development goal: Indicators, complexity and the politics of measuring cities. *Cities, 63*, pp. 92-97.
- Koens, K., Postma, A., & Papp, B. (2018). Is Overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context. *Sustainability, 10*(12), 4384.
- Leff, E. (2002). *Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela*. São Paulo: Cortez.
- Lélé, S. (1991). *Sustainable Development: a critical review*. Oxford, Great Britain: Pergamon Press.
- Lozano, R. (2006). Incorporation and institutionalization of SD into universities: breaking through barriers to change. *J. Clean. Prod., 14*, pp. 787-796.

- Lucas, A., Vieira, A. F., & Pinto, A. L. (2015). Análise da produção científica sobre inteligência de negócios na web of science (wos). *Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação* (pp. 1-17). UFPB.
- Makrakis, V. (2010). *7th Pan-Hellenic Conference with International Participation*. Korinthos, Greece.
- Medeiros, L. d. (2013). Turismo e sustentabilidade ambiental: Referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Journal of Travel research*, 32(3), 29-34.
- Melo, L. S., & Barbosa, M. F. (2020). Turismo sustentável e objetivos de desenvolvimento sustentável: Perspectiva bibliométrica avaliativa e relacional no período 2015-2020. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 1(4), 371-385.
- Milheiro, E. M. (2017a). Perceptions of the residents of Portalegre in relation to tourism. *Tourism and Hospitality International Journal*, 9 (1), 127–143.
- Monjardino, I. (2009). Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores: O papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo na Região. *Atas do 15º Congresso da APDR-Redes e Desenvolvimento Regional*, (pp. 9-11). Praia, Cabo Verde.
- Mourão, J. M. (2000). Desenvolvimento Sustentável do Turismo-princípios, fundamentos e prática. *GeoI Nova*, 87–117.
- Nieto, C. (1997). Toward a holistic approach to the ideal of sustainability. *Journal of the Society for Philosophy and Technology*, 41-48.
- Oliveira, M. R. (2011). *Os impactos do turismo: O caso da viagem medieval de Santa Maria da Feira*. Santa Maria da Feira: Tourism & Management Studies.
- OMT. (2004). *Indicators for Sustainable Tourism Development in Macedonia*. Macedonia: UGD Repository.
- Organização Mundial do Turismo. (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. São Paulo: Bookman.
- OTSCP. (2023, fevereiro 8). Retrieved from Observatório do Turismo Sustentável do Centro de Portugal : <https://smat.observatorio-tcp.pt/>

- Pan, S. Y., Gao, M., Kim, H., Shah, K. J., Pei, S. L., & Chiang, P. (2018). Advances and challenges in sustainable tourism toward a green economy. *Science of the Total Environment*, 635, 452-469.
- Pan, Gao, Kim, Shah, Pei, & Chiang. (2018). Advances and challenges in sustainable tourism toward a green economy. *Science of the Total Environment*, 635, 452-469.
- PORDATA. (2023, janeiro 20). Retrieved from PORDATA.
- Ramos, F. M., & Marujo, M. N. (2011). Reflexões sócio antropológicas sobre o turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 25–33.
- RNT . (2023, fevereiro 8). Retrieved from Registo Nacional de Turismo, Estatística da Cultura: https://rnt.turismodeportugal.pt/RNT/_default.aspx
- Robu, V., Sobolevski, M. I., & Petcu, A. M. (2019). Tourism: Vector of Sustainable Development: Quality-Access to Success. Calitatea.
- Saarinen, J., & Rogerson, C. M. (2014). Tourism and the Millennium Development Goals Perspectives beyond 2015. In *Tourism Geographies* (Vol. 16, pp. 23-30).
- Santos, A. S., & Ribeiro, S. K. (2015). The role of transport indicators to the improvement of local governance in Rio de Janeiro. *Case Studies on Transport Policy*, 3(4), pp. 415-420.
- Scheyvens, R. (2018). Linking tourism to the sustainable development goals: a geographical perspective. *Tourism Geographies*, 20(2), 341-342.
- Serra Rotés, R. (2019). *Turisme responsable: El Compromís per la sostenibilitat Biosphere i la Diputació de Barcelona*. Barcelona: Societat Catalana de Geografia.
- Shiva, V. (1992). Women's indigenous knowledge and biodiversity conservation. *India international centre quarterly*, (pp. 205-214). India.
- Silva, C. (2011). *A imagem dos destinos turísticos de montanha: Olhares dos residentes e dos turistas*. Retrieved from <https://ria.ua.pt/handle/10773/3802>
- Silva, C. (2011). *A imagem dos destinos turísticos de montanha: Olhares dos residentes e dos turistas*. Retrieved from <https://ria.ua.pt/handle/10773/3802>

- Souza, C. (2009). *Turismo e Desenvolvimento: Percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Tang, Z. (2015). An integrated approach to evaluating the coupling coordination between tourism and the environment. *Tourism Management*, 46, 11-19.
- Tavares, A. O., & Cunha, L. (2007). *Riscos naturais e ordenamento do território: Espaços-risco e interfaces territoriais na região Centro*. Coimbra: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos.
- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal. (2023, fevereiro 20). Retrieved from Turismo de Portugal:
http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/Estrategia/Estrategia_2027/Paginas/default.aspx
- Turismo Portugal. (2017). *travelbi turismo de portugal relatório*. Retrieved janeiro 2, 2023, from <https://www.google.com/search?sxsrf>
- United Nations Environment Programme/World. (2005). *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. Paris, France; Madrid, Spain: UNEP/WTO.
- United Nations Environment Programme. (2003). *Tourism and local agenda 21: the role of authorities in sustainable tourism*. Paris, France: UNEP. Division of Technology, Industry and Economics Production and Consumption Branch; International Council for Local Environmental Initiatives.
- UNWTO. United Nations World Tourism Organization. (2017). *Discussion paper on the occasion of the international year of sustainable tourism for development 2017*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO. United Nations World Tourism Organization. (2018). *Overtourism? Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions*. Madrid: UNWTO.
- UNWTO. World Tourism Organization. (2005). *Making tourism more sustainable—A guide for policy makers*. World Tourism Organization.
- UNWTO/UNDP. World Tourism Organization (UNWTO) and United Nations Development . (2017). *Tourism and the Sustainable Development Goals – Journey to 2030*.

- UNWTO. United Nations World Tourism Organization. (2017). Discussion paper on the occasion of the international year of sustainable tourism for development 2017. *Occasion of the International Year of Sustainable Tourism for Development 2017*. Madrid: UNWTO.
- Valencia, S. C., Simon, D., Croese, S., Nordqvist, J., Oloko, M., Sharma, T., . . . Versace, I. (2019). Adapting the sustainable development goals and the new urban agenda to the city level: Initial reflections from a comparative research project. *International Journal of Urban Sustainable Development*, 11(1), 4-23.
- Vera Rebollo, J., & Ivars Baidal, J. (2003). *Sistema de indicadores aplicado a la planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible*. Fundación Universidad de Oviedo, Oviedo.
- Von Carlowitz, H. C. (1713). Sylvicultura Oeconomica, oder hauswirthliche Nachricht und naturmässige Anweisung zur wilden Baumzucht... Zugleich eine gründliche Nachricht von den in Sächss. (J. F. Braun, Ed.) *Landen gefundenen Turff, dessen Beschaffenheit, nutzen, etc.*
- Weitz, N., Person, Å., Nilsson, M., & Tenggren, S. (2015). *Sustainable Development Goals for Sweden: Setting a National Agenda*. Stockholm: Stockholm Environment Institute.
- World Commission on Environment and Development. (1987). Our Common Future: a Report from the United Nations World Commission on Environment and Development. (p.41). Oxford: Oxford University Press.

Anexos

Admissão da apresentação de resultados do Centro por parte do Dr. Pedro Machado, Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal:



Pedido de Aprovação de Apresentação das grandes conclusões do Diagnóstico e Plano de Ação da ERT Caixa de entrada



Patricia Sousa <anapatriciasousa2000@gmail.com>
para pmachado, cseabra@uc.pt, Patricia

quarta, 7/06, 12:57 (há 5 dias) ☆ ↶ ⋮

Exmo Dr. Pedro Machado,

Os meus cumprimentos,

Chamo-me Patricia Sousa, sou aluna de mestrado do curso Turismo, Território e Patrimónios da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Enquanto estagiária membro da equipa Biosphere, tive a oportunidade de participar no desenvolvimento de algumas ações do Projeto Centro Sustentável, das quais a elaboração do Diagnóstico e do Plano de Ação. Nesse sentido, venho por este meio pedir autorização a si, enquanto presidente da Entidade Regional Turismo Centro de Portugal, para usar a informação relativa ao diagnóstico e plano de ação da ERT na apresentação do meu projeto de mestrado, que está a ser desenvolvido no âmbito da Biosphere Portugal e que visa centrar nas grandes conclusões do diagnóstico e sobretudo no plano de ação da ERT, no qual participei.

Mais informo que tomarei todas as diligências necessárias com base em manter o sigilo de nomes e classificações dos organismos externos à TdC envolvidos que contribuíram para a análise de projeto.

Assim que o trabalho estiver concluído, terei todo o gosto em partilhá-lo consigo.

Aguardo as suas prezadas notícias.



Pedro Machado
para mim, cseabra@uc.pt, Patricia

sexta, 9/06, 12:25 (há 3 dias) ☆ ↶ ⋮

Cara Patricia viva,

Nada opor, está autorizada.

Votos de bom trabalho.

Abraço,

Pedro Machado

Pedro Machado
pmachado@turismodocentro.pt



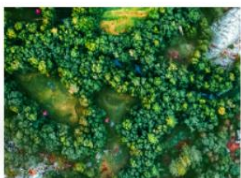
**Turismo
Centro
Portugal**

Pedro Machado
Presidente da Comissão Executiva
President of the Executive Committee
pmachado@turismodocentro.pt

R. João Mendonça, 8 3800-200 Aveiro
T (+351) 234 426 760

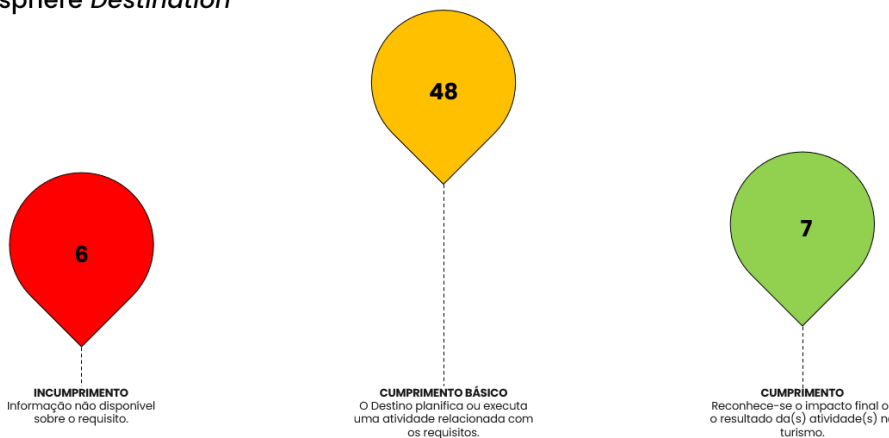
turismodocentro.pt
geral@turismodocentro.pt

[f /TurismoCentro](https://www.facebook.com/TurismoCentro)
[t /CentroDePortugal](https://www.instagram.com/CentroDePortugal)
[i /centro_de_portugal/](https://www.instagram.com/centro_de_portugal/)
[p /centrodeportugal/](https://www.facebook.com/centrodeportugal/)



Diagnóstico:

Avaliação Global do Grau de Cumprimento dos Requisitos do Referencial Biosphere Destination



Fonte: Análise pela equipa técnica da Biosphere Portugal



Grau de Cumprimento dos Requisitos do Referencial Biosphere Destination por área

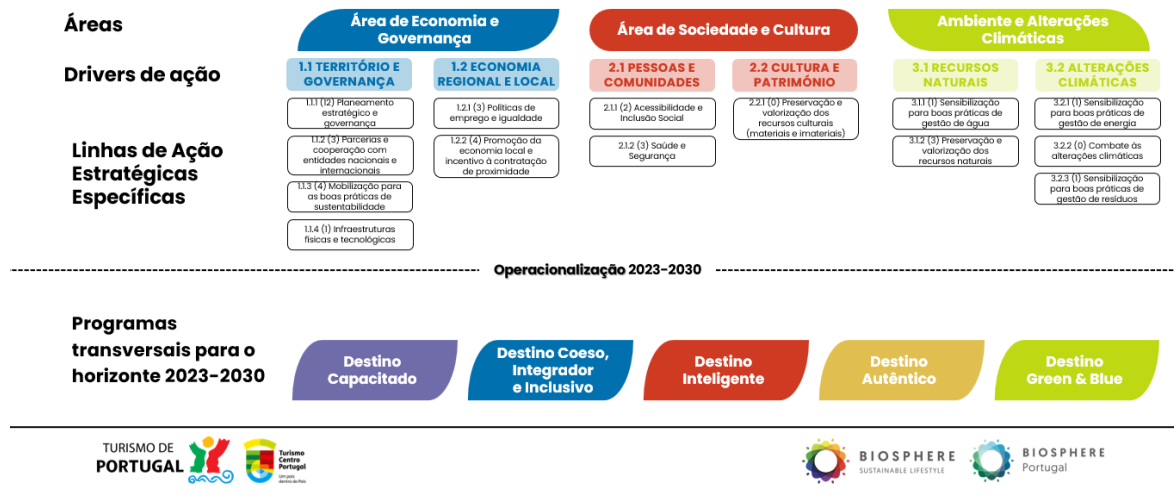


Fonte: Análise pela equipa técnica da Biosphere Portugal

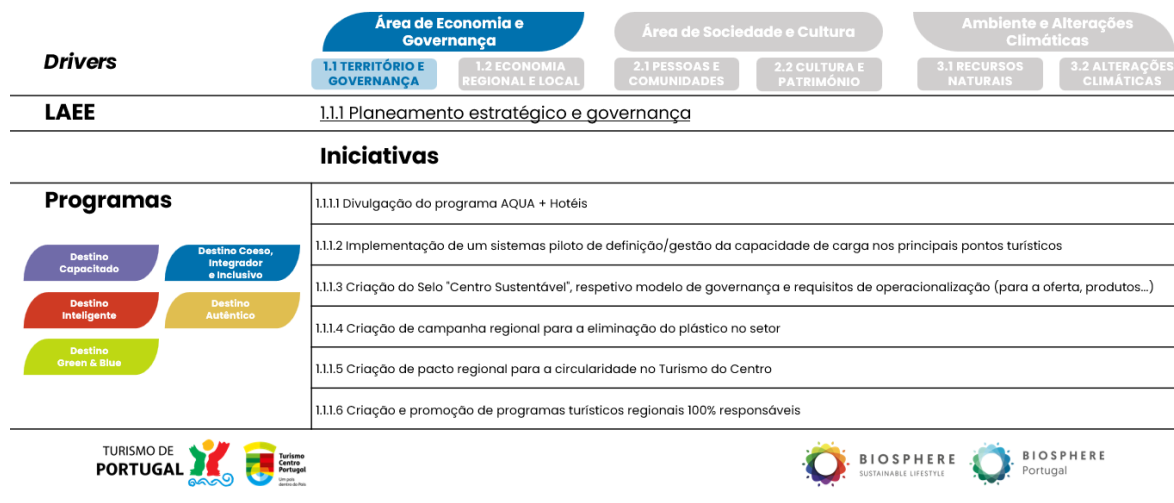


Plano de ação:

Quadro geral: Racional Estratégico Sustentabilidade Centro de Portugal











Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas









Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Destino	Área de Economia e Governança		Área de Sociedade e Cultura		Ambiente e Alterações Climáticas	
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS	3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Drivers						
LAEE	1.1.1 Planeamento estratégico e governança					
Iniciativas						
Programas     	1.1.7 Implementação de um programa de medição e monitorização da pegada de carbono do Destino, que identifique metas e medidas para a sua redução e compensação (em articulação com o Observatório).					
	1.1.8 Criação de campanha regional de comunicação para a necessidade de proteção dos ecossistemas sensíveis de uso turístico, nomeadamente os que estejam relacionados com a água, os rios e a orla costeira					
	1.1.9 Criação de Grupo de Trabalho interno para a gestão e planeamento da sustentabilidade no território (com responsabilidade ao nível da estratégia, planeamento, marketing e monitorização).					
	1.1.10 Criação e publicação de um relatório regional anual de sustentabilidade, que permita aos decisores acesso a indicadores padrão para tomada de decisão					
	1.1.11 Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino					
1.1.12 Criação de Plano de Marketing Responsável						
  						

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Destino	Área de Economia e Governança		Área de Sociedade e Cultura		Ambiente e Alterações Climáticas	
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS	3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Drivers						
LAEE	1.1.2 Parcerias e cooperação com entidades nacionais e internacionais					
Iniciativas						
Programas   	1.1.2.1 Integração em Redes Nacionais e Internacionais de Turismo Sustentável					
	1.1.2.2 Manutenção da plataforma Biosphere Sustainable Lifestyle, de acesso gratuito a empresas e outras entidades da Região Centro					
	1.1.2.3 Dinamização do Programa Escolas Sustentáveis					
  						

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança 1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA 1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL Área de Sociedade e Cultura 2.1 PESSOAS E COMUNIDADES 2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO Ambiente e Alterações Climáticas 3.1 RECURSOS NATURAIS 3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
LAEE	1.1.3 Mobilização para as boas práticas de sustentabilidade
Iniciativas	
Programas	1.1.3.1 Adaptação do website institucional 100% acessível 1.1.3.2 Criação de modelo de valorização e certificação de paisagens alimentares sustentáveis 1.1.3.3 Articulação com o sistema de ensino secundário, profissional e superior para integração de programa piloto de atavancagem de soft skills para a sustentabilidade 1.1.3.4 Criação do programa "Compras responsáveis", com implementação de cláusulas de aquisição nas compras públicas pela TdC orientadas para a redução de impacto ambiental e boas práticas na gestão das pessoas



Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança 1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA 1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL Área de Sociedade e Cultura 2.1 PESSOAS E COMUNIDADES 2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO Ambiente e Alterações Climáticas 3.1 RECURSOS NATURAIS 3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
LAEE	1.1.4 Infraestruturas físicas e tecnológicas
Iniciativas	
Programas	1.1.4.1 Desenvolvimento de passaporte digital, para cálculo da pegada ambiental, social e cultural gerada pelo visitante, dando sugestões de melhoria e/ou sugestões de ações de compensação



Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas
	1.1 TERRITÓRIO e GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES 2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO
LAEE	1.2.1 Políticas de emprego e igualdade		
Iniciativas			
Programas	 	1.2.1.1 Dinamização do Programa de Igualdade no Turismo	
		1.2.1.2 Criação de programa piloto de atração e retenção de pessoas e talento	
		1.2.1.3 Criação de Programa Regional de Valorização do Saber Fazer	

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas
	1.1 TERRITÓRIO e GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES 2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO
LAEE	1.2.2 Promoção da economia local e incentivo à contratação de proximidade		
Iniciativas			
Programas	 	1.2.2.1 Criação de Grupo de Trabalho interno para a gestão e planeamento da sustentabilidade no território (com responsabilidade ao nível da estratégia, planeamento, marketing e monitorização).	
		1.2.2.2 Dinamização do Programa Consome Local para o consumo de produtos locais e regionais	
		1.2.2.3 Promoção do roteiro regional para a sustentabilidade, orientado para os diversos elementos da cadeia de valor do turismo (alojamento, restauração, animação turística, transportes)	
		1.2.2.4 Criação e implementação de guia de sustentabilidade para a realização de eventos, feiras, mercados e outros eventos regionais	

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas			
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS	3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
LAEE	2.1.1 Acessibilidade e Inclusão Social					
Iniciativas						
Programas		2.1.1.1 Criação de programa Sustainable Lifestyle				
		2.1.1.2 Monitorização das condições de acessibilidade dos locais turísticos no território				

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas			
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS	3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
LAEE	2.1.2 Saúde e Segurança					
Iniciativas						
Programas		2.1.2.1 Monitorização do sistema de sustentabilidade do Destino				
		2.1.2.2 Criação de Programa de eventos de turismo de natureza, em rede entre 8 subterritórios, que se realize ao longo do ano				
		2.1.2.3 Campanha de sensibilização para a adaptação do Guia de Requisitos Sustentáveis para eventos, feiras e mercados				

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas		
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS
LAEE	3.1.1 Sensibilização para boas práticas de gestão de água				
Iniciativas					
Programas	3.1.1.1 Desenvolvimento de ações de sensibilização para o consumo e desperdício de água, dirigidas à comunidade local, aos agentes turísticos e aos visitantes				
Destino Capacitado					


Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança	Área de Sociedade e Cultura	Ambiente e Alterações Climáticas							
	1.1 TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	2.1 PESSOAS E COMUNIDADES	2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	3.1 RECURSOS NATURAIS	3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS				
LAEE	3.1.2 Preservação e valorização dos recursos naturais									
Iniciativas										
Programas	3.1.2.1 Campanha Chefs Inovadores e Sustentáveis									
Destino Green & Blue						3.1.2.2 Criação do Programa Corredores Verdes do Centro				
						3.1.2.3 Divulgação do programa de Serviços do Ecosistema das CIM				

Roadmap: Linhas de Ação Estratégicas Específicas



Drivers	Área de Economia e Governança 1.1 TERRITÓRIO E GOVERNAÇÃO 1.2 ECONOMIA REGIONAL E LOCAL	Área de Sociedade e Cultura 2.1 PESSOAS E COMUNIDADES 2.2 CULTURA E PATRIMÓNIO	Ambiente e Alterações Climáticas 3.1 RECURSOS NATURAIS 3.2 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
LAEE	3.2.2 Sensibilização para boas práticas de gestão de resíduos		
Iniciativas			
Programas 	3.2.2.1 Dinamização do Programa de Combate ao Desperdício Alimentar na Região Centro		

